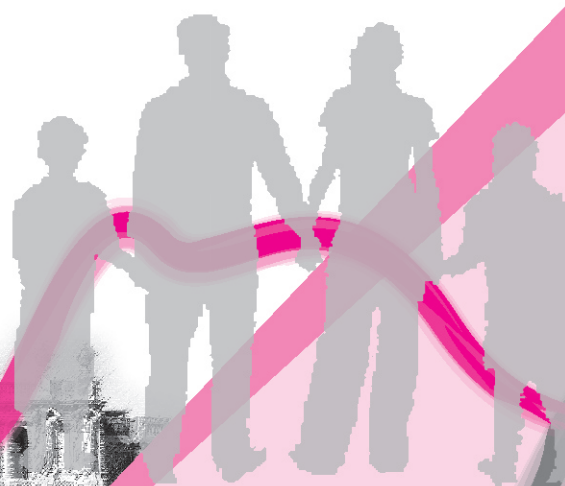
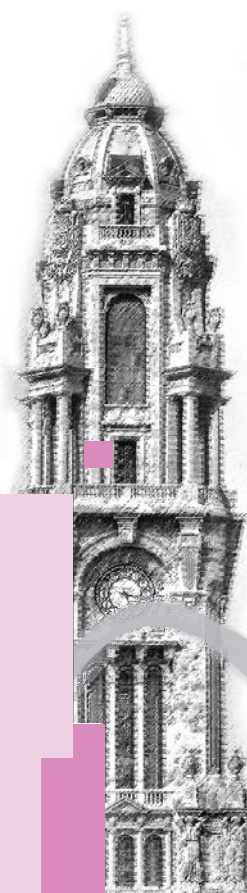




Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2011

Edição 2013



Ficha técnica

Título

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2011

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

160 exemplares

ISSN 0872-5977

ISBN 978-989-25-0212-0

Depósito Legal nº 68180/93

Periodicidade Bial

Preço: € 9,00 (IVA incluído)



2013: Ano Internacional da Estatística

Promover, à escala mundial, o reconhecimento da Estatística ao serviço da Sociedade

Esta publicação contém um CD-ROM

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



© INE, I.P., Lisboa - Portugal, 2013

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.



Apresentação	7
1. Metodologia.....	9
2. Análise de resultados.....	19
2.1. Indicador per Capita	19
2.2. Percentagem de Poder de Compra.....	25
2.3. Fator Dinamismo Relativo	29
Quadros de resultados	33
Anexos.....	57

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Correlações entre as variáveis.....	12
Quadro 2. Comunalidades dos fatores	14
Quadro 3. Matriz dos coeficientes de correlação entre as variáveis e os fatores (loadings)	15
Quadro 4. Coeficientes dos <i>scores</i>	16
Quadro 5. IpC, PPC e FDR por município, 2011	35
Quadro 6. Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC) registado nos municípios, 2011	42
Quadro 7. Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra (PPC) registada nos municípios, 2011	47
Quadro 8. Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR) registado nos municípios, 2011	52

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Indicador per Capita e Fator Dinamismo Relativo registados nos municípios, 2011	18
Figura 2. Indicador per Capita por NUTS II, 2011	19
Figura 3. Indicador per Capita por NUTS III, 2011	20
Figura 4. Indicador per Capita por município, 2011	22
Figura 5. Indicador per Capita por município contextualizado nas regiões NUTS II, 2011	24
Figura 6. Percentagem de Poder de Compra por NUTS III, 2011	26
Figura 7. Percentagem de Poder de Compra por município, 2011	27
Figura 8. Concentração da Percentagem de Poder de Compra pela população residente nos municípios, 2011	28
Figura 9. Concentração da Percentagem de Poder de Compra pelos municípios, 2011	28
Figura 10. Fator Dinamismo Relativo por município, 2011	30
Figura 11. Indicador per Capita por município, na região Norte, 2011	58
Figura 12. Indicador per Capita por município, na região Centro, 2011	59
Figura 13. Indicador per Capita por município, na região Lisboa, 2011	60
Figura 14. Indicador per Capita por município, na região Alentejo, 2011	61
Figura 15. Indicador per Capita por município, na região Algarve, 2011	62
Figura 16. Indicador per Capita por município, na Região Autónoma dos Açores, 2011	63

Figura 17. Indicador per Capita por município, na Região Autónoma da Madeira, 2011	64
Figura 18. Divisão territorial da região NUTS II Norte: NUTS III e municípios	65
Figura 19. Divisão territorial da região NUTS II Centro: NUTS III e municípios	66
Figura 20. Divisão territorial da região NUTS II Lisboa: NUTS III e municípios.....	67
Figura 21. Divisão territorial da região NUTS II Alentejo: NUTS III e municípios.....	68
Figura 22. Divisão territorial da região NUTS II Algarve: NUTS III e municípios	69
Figura 23. Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma dos Açores: NUTS III e municípios	70
Figura 24. Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma da Madeira: NUTS III e municípios	71

APRESENTAÇÃO



O INE divulga a décima edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) que integra informação estatística reportada integralmente ao ano de 2011, sendo as variáveis de base para este estudo relativizadas pela população residente, estimada pelo INE, para 31 de dezembro de 2011, de acordo com a nova série de Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, iniciada em 2011, que incorpora os resultados definitivos dos Censos 2011.

O EPCC tem como objetivo caracterizar os municípios portugueses relativamente ao poder de compra numa aceção ampla de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis e por recurso a um modelo de análise fatorial em componentes principais. A realização deste estudo visa contribuir para a oferta de informação ao nível do município através da disponibilização de indicadores de síntese que traduzem o poder de compra manifestado nestes espaços geográficos. Note-se, porém, que as estimativas produzidas não devem ser apropriadas como qualquer outra variável a que corresponda um âmbito concetual bem delimitado, como o rendimento ou o consumo das famílias. Enquanto indicador compósito, o EPCC integra uma vasta quantidade de informação num formato de leitura simples e o modelo específico da análise fatorial acrescenta a capacidade de captar as diferentes dimensões do fenómeno em análise — neste caso, o poder de compra manifestado nos municípios ou regiões.

Com base em 17 variáveis, e por recurso à metodologia estatística descrita na secção seguinte, o EPCC disponibiliza três indicadores:

- ▶ o IpC, Indicador per Capita do poder de compra (primeiro fator extraído da análise), que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional;
- ▶ a PPC, Percentagem de Poder de Compra (indicador derivado do primeiro fator), que reflete a importância do poder de compra manifestado quotidianamente em cada município ou região no total do país para o qual a PPC assume o valor de 100%;
- ▶ o FDR, Fator Dinamismo Relativo (segundo fator extraído da análise), que pretende refletir o poder de compra, de manifestação irregular e, geralmente, sazonal, associado à dinâmica económica que persiste na informação de base para além da refletida no Indicador per Capita e que está relacionada com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística.

A presente versão do EPCC utiliza a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS) estabelecida pelo regulamento comunitário nº 1059/2003 com as alterações introduzidas pelos regulamentos comunitários nº 105/2007 e nº 31/2011 e as alterações introduzidas

pela adesão de novos Estados-Membros à União Europeia. A divisão administrativa ao nível do município, que constitui a unidade de referência para este estudo estatístico, refere-se à publicada pela Direção-Geral do Território na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2011).

A publicação é acompanhada por um CD-Rom que, além de integrar os elementos que constam da versão impressa, contém uma aplicação que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores para outras divisões geográficas como a versão anterior da NUTS¹, os distritos e as áreas metropolitanas, bem como para qualquer outro agrupamento de municípios escolhido pelo utilizador. O CD-Rom contém, igualmente, facilidades de exportação dos dados para uma folha de cálculo.

¹ Versão da NUTS definida pelo Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, e pelas alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 317/99, de 11 de agosto, que transfere o município do Gavião da NUTS II Lisboa e Vale do Tejo para a NUTS II Alentejo.

1. METODOLOGIA



O modelo de análise de dados subjacente ao EPCC corresponde a uma análise fatorial em componentes principais. O modelo geral é do tipo:

$$X = F \cdot A + U$$

em que:

- X — matriz $n \times m$, em que cada uma das m colunas é uma variável estatística observada, sendo n o número de observações. A ideia fundamental é a de que as m variáveis são explicadas por um conjunto pequeno de p fatores comuns;
- F — matriz de dimensões $n \times p$, constituída pelos valores (desconhecidos) que os p fatores assumem em cada um dos n pontos amostrais;
- A — matriz $p \times m$ constituída pelos coeficientes (também desconhecidos) que quantificam o contributo de cada fator para a explicação de cada variável;
- U — matriz $n \times m$ constituída pelas componentes específicas, ou seja, compreende a parcela de cada variável não explicada por fatores comuns, mas antes associada à idiosincrasia da própria variável. As colunas da matriz U são, por hipótese, não correlacionadas, quer entre si, quer com os fatores, isto é, com as colunas da matriz F .

Sublinhe-se que o modelo de análise fatorial só exige informação sobre as variáveis (só a matriz X é observada) e não sobre os fatores. A matriz F , desconhecida *a priori*, é estimada conjuntamente com a matriz A . O objetivo principal é estimar a matriz F .

As variáveis retidas são selecionadas, endogenamente, dentro de um conjunto mais vasto, de acordo com o desempenho revelado no quadro do modelo. Todavia, e no que respeita à escolha das variáveis, importa sublinhar os seguintes aspetos:

- embora todas as variáveis se encontrem associadas ao poder de compra, nenhuma pode ser considerada uma sua representação fiel pois, se assim fosse, não seria necessário recorrer a uma metodologia de análise multivariada, sendo, por outro lado, esta base multivariada que assegura a robustez dos índices produzidos por este estudo;
- a seleção das variáveis privilegiou a ótica de utilização do rendimento, o que justifica que se tenha minimizado a seleção de variáveis ligadas à produção, permitindo atribuir o poder de compra aos municípios onde se manifesta e que, *grosso modo*, coincidem com os municípios de residência da população e não aos pontos de geração da riqueza, onde a produção ocorre;

- em consequência deste critério de captação de variáveis essencialmente associadas à utilização do rendimento, e porque essas variáveis têm geralmente uma tradução mercantil, considera-se que o fenómeno do autoconsumo possa não estar refletido nos indicadores construídos;
- deve assinalar-se que o modelo de dados do EPCC é comum a todas as regiões do país, podendo, por isso, refletir um enviesamento dos indicadores produzidos em contextos territoriais específicos.

Nesta edição do EPCC, a matriz X é constituída por 17 variáveis, observadas nos 308 municípios portugueses. Em seguida, apresentam-se as 17 variáveis.

IRS

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, *per capita*, 2011 (Fonte: Ministério das Finanças – Autoridade Tributária e Aduaneira)

RDECLIRS

Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, *per capita*, 2011 (Fonte: Ministério das Finanças – Autoridade Tributária e Aduaneira)

VOPRPAG

Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, *per capita*, 2011 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)

COMTPNAC

Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, *per capita*, 2011 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)²

LEVMULN

Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, *per capita*, 2011 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)²

CREHABT

Crédito concedido a clientes para habitação, *per capita*, 2011 (Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras)

AUTOMOV

Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, *per capita*, 2011 (Fonte: Conservatórias do Registo Automóvel)

² Para o cálculo das variáveis LEVMULN (valor dos levantamentos em caixas automáticos com cartões emitidos por entidades nacionais) e COMTPNAC (valor das compras efetuadas através de terminais de pagamento automático com cartões emitidos por entidades nacionais), os movimentos anuais foram obtidos a partir da agregação dos dados mensais, tendo-se imputado aos meses de junho a setembro o valor médio dos 12 meses, de forma a atenuar o efeito sazonal e, portanto, irregular dos movimentos com cartões emitidos por entidades nacionais.

GANHTCO

Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, *per capita*, 2011 (Fonte: Ministério da Economia e do Emprego, Quadros de Pessoal)

IUC

Imposto Único de Circulação (IUC), segundo o município de residência do proprietário, *per capita*, 2011 (Fonte: Ministério das Finanças – Direção-Geral das Autarquias Locais, base de dados SIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local)

TXURB5

População residente em lugares com 5 000 ou mais habitantes em proporção da população residente total, 2011 (Fonte: INE, Censos 2011 – Dados definitivos)

VVNECOM

Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (*Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos*), com exceção do grupo 473 (*Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados*), com atividade, segundo o município do estabelecimento, *per capita*, 2011 (Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas)

LEV MULINT

Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, *per capita*, 2011 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)

COMTPINT

Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, *per capita*, 2011 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)

VVNEALOJ

Volume de negócios das empresas da divisão 55 da CAE-Rev.3 (*Alojamento*), com atividade, segundo o município do estabelecimento, *per capita*, 2011 (Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas)

TPRURB

Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, *per capita*, 2011 (Fonte: Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política de Justiça)

IMT

Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, *per capita*, 2011 (Fonte: Ministério das Finanças – Direção-Geral das Autarquias Locais, base de dados SIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local)

IMI

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, *per capita*, 2011 (Fonte: Ministério das Finanças – Direção-Geral das Autarquias Locais, base de dados SIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local)

O cálculo das variáveis relativizadas pela população residente³ foi efetuado com base nas estimativas da população residente do INE, para os municípios, a 31 de dezembro de 2011, com base na nova série de Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, iniciada em 2011, que incorpora os resultados definitivos dos Censos 2011.

O Quadro 1 apresenta o coeficiente de correlação entre cada par de variáveis de base retidas no modelo.

Correlações entre as variáveis

Quadro 1

	IRS	RDECLIRS	VOPRPAG	COMTPNAC	LEV MULN	CREHABT	AUTOMOV	GANHTCO	IUC	TXURB5	VVNECOM	LEV MULINT	COMTPINT	VVNEALJO	TPRURB	IMT	IMI
IRS	1																
RDECLIRS	0,94	1															
VOPRPAG	0,81	0,82	1														
COMTPNAC	0,79	0,80	0,83	1													
LEV MULN	0,74	0,79	0,89	0,81	1												
CREHABT	0,76	0,74	0,77	0,74	0,74	1											
AUTOMOV	0,79	0,73	0,70	0,69	0,63	0,64	1										
GANHTCO	0,70	0,68	0,68	0,67	0,71	0,69	0,63	1									
IUC	0,68	0,66	0,68	0,59	0,61	0,59	0,70	0,64	1								
TXURB5	0,61	0,62	0,64	0,66	0,65	0,58	0,56	0,46	0,43	1							
VVNECOM	0,52	0,52	0,60	0,63	0,61	0,52	0,48	0,56	0,68	0,43	1						
LEV MULINT	0,11	0,11	0,34	0,26	0,32	0,26	0,16	0,18	0,34	0,09	0,29	1					
COMTPINT	0,32	0,31	0,50	0,45	0,45	0,40	0,34	0,32	0,43	0,24	0,39	0,90	1				
VVNEALJO	0,14	0,16	0,34	0,28	0,31	0,25	0,15	0,20	0,31	0,08	0,27	0,87	0,83	1			
TPRURB	0,43	0,42	0,59	0,46	0,50	0,43	0,36	0,36	0,50	0,34	0,43	0,75	0,82	0,69	1		
IMT	0,40	0,40	0,58	0,42	0,47	0,42	0,36	0,35	0,45	0,26	0,35	0,69	0,77	0,67	0,83	1	
IMI	0,50	0,51	0,70	0,55	0,60	0,50	0,46	0,42	0,63	0,43	0,44	0,73	0,77	0,69	0,82	0,82	1

³ A única exceção a esta relativização corresponde à variável População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população total (TXURB5) cujo cálculo se baseia integralmente nos dados dos Censos 2011.

O primeiro passo da análise fatorial consiste na extração fatorial a partir das variáveis de base estandardizadas⁴ no sentido de evitar enviesamentos resultantes de diferentes unidades de medida e escalas de variação. No EPCC, a extração obedece ao método das componentes principais. As variáveis de base são exatamente explicadas, sem erro, pelo mesmo número de fatores ortogonais, sendo a ideia fundamental da análise fatorial a de concentrar a atenção somente sobre um número reduzido de fatores: isto é, da totalidade de fatores (tantos quantas as variáveis que inicialmente explicam as variáveis), espera-se que um número reduzido (no caso do EPCC, somente dois) seja capaz de explicar uma percentagem elevada da variância das variáveis de base.

No caso do EPCC, estabelecidas as variáveis a incluir na análise, retêm-se os fatores cuja variância foi suscetível de explicar uma maior percentagem da variância total das variáveis, tendo o critério de exclusão apontado para que se prescindisse do contributo de fatores cuja variância se revelou inferior à variância individual de cada variável de base (valor próprio inferior a 1).

Na segunda etapa da análise fatorial, procedeu-se à rotação dos fatores extraídos com o intuito de clarificar a interpretação dos resultados. Trata-se de provocar uma rotação na matriz dos pesos fatoriais retidos (*loadings*) de modo a tornar a respetiva estrutura mais simples. Optou-se por um método de rotação ortogonal, isto é, de um método que mantém a correlação nula entre os fatores extraídos, uma vez que o objetivo essencial da construção do FDR (segundo fator) consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito do poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si, sendo desejável manter a ortogonalidade entre eles.

Entre as técnicas alternativas para proceder à rotação ortogonal dos fatores, recorre-se, no caso do EPCC, à rotação *quartimax*, na medida em que minimiza o número de fatores necessários para explicar cada variável, resultando, em geral, na produção de um fator bem correlacionado com a maioria das variáveis (isto é, com a maioria das *proxies* originais do poder de compra), tal como é pretendido neste estudo.

Finalmente, computa-se a matriz dos coeficientes dos *scores*, que permite transformar a matriz *X* na matriz *F*, através do método da regressão.

No presente estudo, os dois fatores retidos revelam uma capacidade explicativa de 75,7% da variância total das 17 variáveis. O primeiro desses fatores foi interpretado como o poder de compra *per capita* manifestado regularmente nos municípios (base para o IpC) e explica isoladamente (após rotação) 49,7% da variância total das variáveis. O segundo fator, designado Fator Dinamismo Relativo (FDR) e entendido como a dinâmica económica, de manifestação irregular, que subsiste para além da influência do primeiro fator, associa-se à atividade do turismo e explica (após rotação) 26,0% da variância total das variáveis.

O Quadro 2 apresenta, para cada uma das 17 variáveis, a percentagem da sua variância explicada pelo modelo, isto é, pelos dois fatores conjuntamente (comunalidade). Todas as variáveis apresentam uma variância explicada pelo conjunto dos dois fatores igual ou superior a 0,5.

⁴ Este procedimento corresponde a, para cada valor, subtrair a média aritmética simples da série da respetiva variável e dividir pelo desvio-padrão dessa série, o que preserva a estrutura espacial dos dados e resulta numa distribuição com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1.

Comunalidades dos fatores | Quadro 2

Variáveis		Variância explicada
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	IRS	0,854
Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	RDECLIRS	0,841
Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	VOPRPAG	0,863
Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPNAC	0,796
Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULN	0,796
Crédito concedido a clientes para habitação, <i>per capita</i>	CREHABT	0,716
Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, <i>per capita</i>	AUTOMOV	0,679
Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, <i>per capita</i>	GANHTCO	0,643
Imposto Único de Circulação (IUC), segundo o município de residência do proprietário, <i>per capita</i>	IUC	0,626
População residente em lugares com 5 000 ou mais habitantes em proporção da população total	TXURB5	0,537
Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (<i>Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos</i>), com exceção do grupo 473 (<i>Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados</i>), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNECOM	0,487
Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULINT	0,897
Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPINT	0,890
Volume de negócios das empresas da divisão 55 da CAE-Rev. 3 (<i>Alojamento</i>), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNEALOJ	0,815
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, <i>per capita</i>	TPRURB	0,822
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMT	0,763
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMI	0,837

Importa ainda analisar, como forma de aferir a qualidade da análise, os coeficientes de correlação entre cada uma das 17 variáveis e cada um dos dois fatores (pesos fatoriais ou *loadings*). Dado que, por construção, os dois fatores são ortogonais, a matriz dos *loadings* coincide com a matriz A (transposta) do modelo. O Quadro 3 é a matriz dos *loadings* (após rotação). No conjunto das 17 variáveis, observa-se que o *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado per capita* e o *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita* detêm os coeficientes de correlação mais elevados com o primeiro fator (IpC). Por seu turno, as variáveis que apresentam os coeficientes de correlação mais elevados com o FDR são o *Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos per capita* e o *Volume de negócios das empresas da divisão 55 da CAE-Rev. 3 (Alojamento) per capita*.

Matriz dos coeficientes de correlação entre as
variáveis e os fatores (*loadings*) **Quadro 3**

Variáveis		IpC	FDR
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	IRS	0,924	-0,011
Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	RDECLIRS	0,917	-0,003
Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	VOPRPAG	0,896	0,245
Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPNAC	0,884	0,124
Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEV MULN	0,873	0,183
Crédito concedido a clientes para habitação, <i>per capita</i>	CREHABT	0,839	0,112
Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, <i>per capita</i>	AUTOMOV	0,824	0,023
Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, <i>per capita</i>	GANHTCO	0,801	0,043
Imposto Único de Circulação (IUC), segundo o município de residência do proprietário, <i>per capita</i>	IUC	0,754	0,239
População residente em lugares com 5 000 ou mais habitantes em proporção da população total	TXURB5	0,732	-0,029
Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (<i>Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos</i>), com exceção do grupo 473 (<i>Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados</i>), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNECOM	0,672	0,189
Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEV MULINT	0,148	0,935
Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPINT	0,345	0,878
Volume de negócios das empresas da divisão 55 da CAE-Rev. 3 (<i>Alojamento</i>), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNEALQJ	0,156	0,889
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, <i>per capita</i>	TPRURB	0,441	0,792
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMT	0,407	0,773
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMI	0,551	0,730

Por último, o Quadro 4 apresenta o conjunto dos coeficientes que permitem transformar a matriz *X* das variáveis na matriz *F* dos fatores, viabilizando assim o cômputo dos dois fatores (IpC e FDR).

Coeficientes dos scores | Quadro 4

Variáveis		IpC	FDR
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	IRS	0,134	-0,080
Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	RDECLIRS	0,132	-0,077
Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	VOPRPAG	0,108	-0,007
Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPNAC	0,116	-0,039
Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEV MULN	0,110	-0,022
Crédito concedido a clientes para habitação, <i>per capita</i>	CREHABT	0,111	-0,039
Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, <i>per capita</i>	AUTOMOV	0,116	-0,062
Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, <i>per capita</i>	GANHTCO	0,111	-0,055
Imposto Único de Circulação (IUC), segundo o município de residência do proprietário, <i>per capita</i>	IUC	0,088	0,003
População residente em lugares com 5 000 ou mais habitantes em proporção da população total	TXURB5	0,107	-0,069
Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (<i>Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos</i>), com exceção do grupo 473 (<i>Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados</i>), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNECOM	0,081	-0,004
Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEV MULINT	-0,056	0,245
Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPINT	-0,024	0,213
Volume de negócios das empresas da divisão 55 da CAE-Rev. 3 (<i>Alojamento</i>), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNEALoj	-0,051	0,231
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, <i>per capita</i>	TPRURB	-0,002	0,181
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMT	-0,006	0,179
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMI	0,018	0,155

Depois de extraídos os dois fatores com maior poder explicativo, IpC e FDR, importa definir a forma de apresentação dos mesmos. As 17 variáveis que constituem a informação de base da análise exprimem-se em unidades de medida diferentes, pelo que, previamente à análise fatorial, foram estandardizadas. Os fatores obtidos a partir destas variáveis — IpC e FDR — são também originalmente variáveis estandardizadas, isto é, variáveis com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1. Os dois índices são, assim, suscetíveis de transformações lineares, isto é, mudanças de escala, sem que isso altere o seu significado. Tecnicamente, a escolha de um sistema de medida para os indicadores equivale a atribuir-lhes uma média e um desvio-padrão. Nas diferentes versões do EPCC, tem-se procedido do seguinte modo na escolha da escala de referência dos dois fatores:

- no caso do IpC, procede-se a uma transformação linear que consiste em assegurar que este tem o valor 100 para o país (obtido pela média ponderada pelo peso demográfico

dos municípios) e que tem um coeficiente de variação (dado pelo rácio do desvio-padrão relativamente à média aritmética simples) igual ao de uma variável convencionalmente escolhida, em relação à qual se assume estar associada uma elasticidade relativamente ao poder de compra sensivelmente unitária;

- o FDR é apresentado como variável estandardizada, tal como resulta da análise fatorial, tendo média 0 e desvio-padrão 1.

À semelhança do ocorrido nas cinco edições anteriores do EPCC, recorreu-se ao coeficiente de variação do *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita* para a construção final do IpC. Esta decisão foi tomada no sentido de se manterem as opções metodológicas entre edições e por se tratar de uma variável que apresenta uma correlação elevada com o IpC [Quadro 3].

O coeficiente de variação utilizado para estabelecer a escala de medida do IpC foi, assim, de 0,269.

Além dos dois indicadores já mencionados (IpC e FDR), no âmbito deste estudo, procedeu-se ao cálculo de um terceiro indicador, designado de Percentagem de Poder de Compra (PPC). Com este indicador, pretende-se observar a concentração do poder de compra manifestado regularmente nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra dependem, não só do poder de compra *per capita* dos indivíduos, mas também da distribuição espacial da população. Assim, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional.

Importa sublinhar que o peso de cada território no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida selecionado para o índice IpC (e, portanto, com o coeficiente de variação) de onde é derivado o indicador PPC. Por este motivo, todas as análises baseadas na PPC, nomeadamente estudos de concentração do poder de compra, devem ser efetuadas e interpretadas com algum cuidado, dado que também refletem a escala convencional utilizada na medida do IpC.

Refira-se, ainda, que o cômputo do IpC e do FDR para as regiões NUTS I, II e III e para o país resulta também da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços considerados. No caso da PPC, a obtenção desses agregados resulta da soma dos respetivos valores municipais.

Assinale-se, por fim, que a metodologia adotada no EPCC é particularmente adequada ao confronto espacial dos diferentes indicadores de poder de compra apresentados, mas ajusta-se menos a comparações temporais. Assim, valores distintos, assumidos por um mesmo indicador nas diferentes versões deste estudo, podem derivar de uma efetiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- do conjunto de variáveis de base utilizadas na construção dos indicadores não ser coincidente nas diferentes versões do estudo;

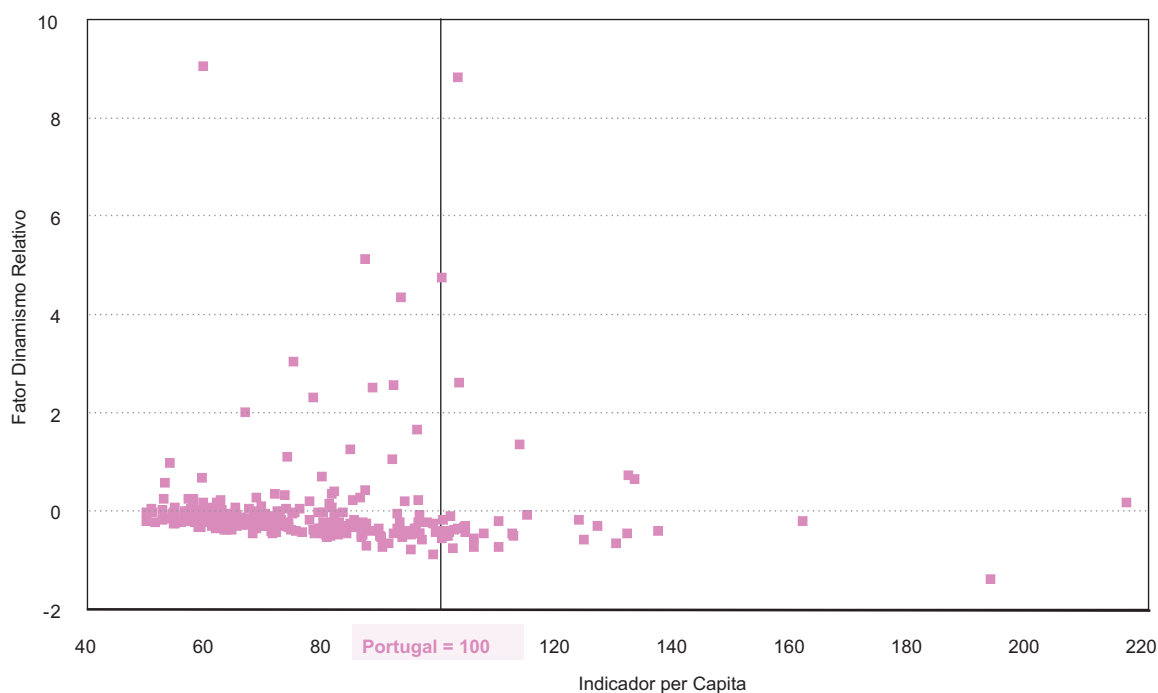
- de erros de medida nas variáveis de base, numa ou noutra versão do estudo, que não se repetiram de forma consistente no tempo;
- dos coeficientes dos *scores* determinados endogenamente pelo modelo;
- das alterações no sistema de medida do IpC.

Assim, alerta-se para a maior sensibilidade de que se reveste a comparação temporal do valor dos indicadores produzidos no âmbito do EPCC, sendo esta a razão pela qual este tipo de comparação não é desenvolvido no presente estudo. No entanto, a comparação temporal mais direta através dos indicadores deste estudo pode obter-se pela transformação da escala de medida dos indicadores para uma escala ordinal, permitindo assim uma ordenação das unidades territoriais. Salienta-se ainda que, no caso específico da edição de 2011, as variáveis *per capita* retidas no modelo tiveram por base os dados resultantes da nova série de Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, iniciada em 2011, que incorpora os resultados definitivos dos Censos 2011.

Previamente à análise de resultados, a Figura 1 apresenta a posição dos 308 municípios portugueses por referência aos dois indicadores resultantes do modelo fatorial do EPCC para o ano de 2011: o Indicador per Capita (IpC) e o Fator Dinamismo Relativo (FDR).

Indicador per Capita e Fator Dinamismo Relativo
registados nos municípios, 2011

Figura 1



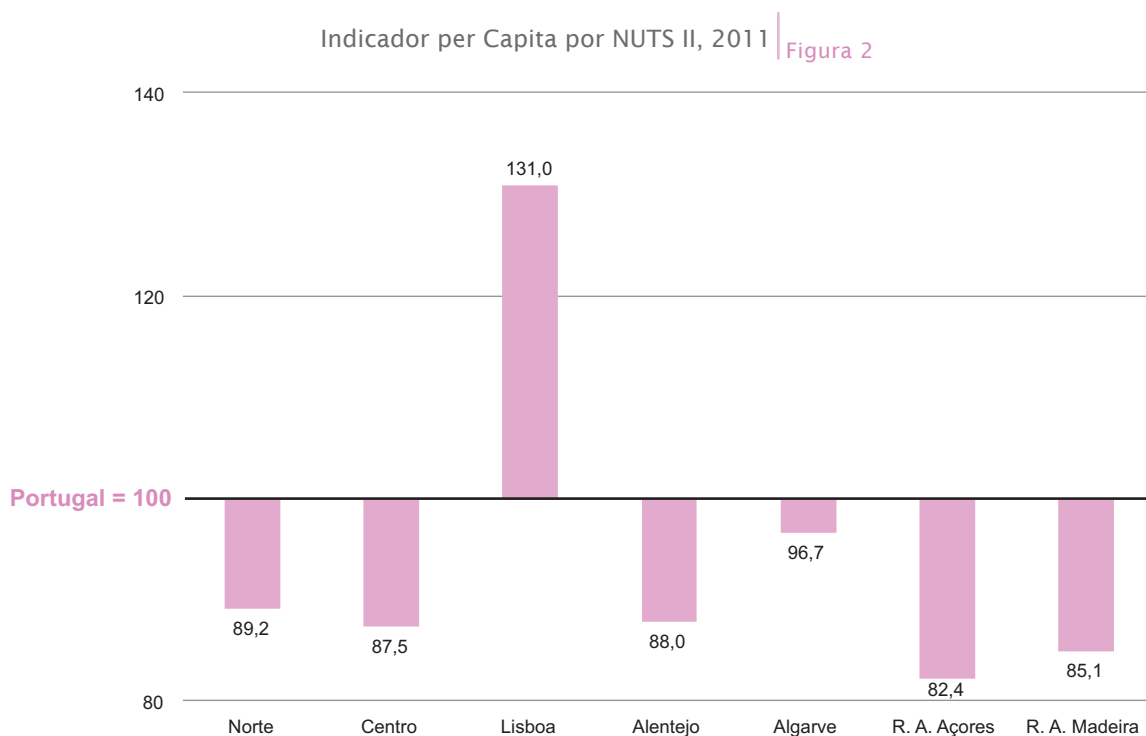
2. ANÁLISE DE RESULTADOS



2.1. INDICADOR PER CAPITA

O Indicador per Capita (IpC) do poder de compra tem por base o fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 49,7% da variância total das variáveis de base. Este indicador pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, e resulta de uma matriz de 17 variáveis integralmente reportadas ao ano de 2011. À semelhança do ocorrido nas cinco versões anteriores do EPCC, tomou-se para coeficiente de variação do IpC o da variável *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita*, permitindo assim a construção final deste indicador que é apresentado tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

A leitura dos resultados do IpC para 2011 associa ao território continental um poder de compra superior ao observado nas duas regiões autónomas portuguesas: o valor atingia 100,8 para o Continente e era, respetivamente, de 82,4 e 85,1 para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Lisboa (131,0) constituía a única região NUTS II com um valor acima do poder de compra *per capita* médio nacional. Para o Algarve, o valor (96,7) situava-se marginalmente abaixo da média nacional. As três restantes regiões continentais — Norte, Centro e Alentejo — registavam índices de poder de compra *per capita* relativamente próximos: 89,2 para a região Norte, 88,0 para a região Alentejo e 87,5 para a região Centro [Figura 2].

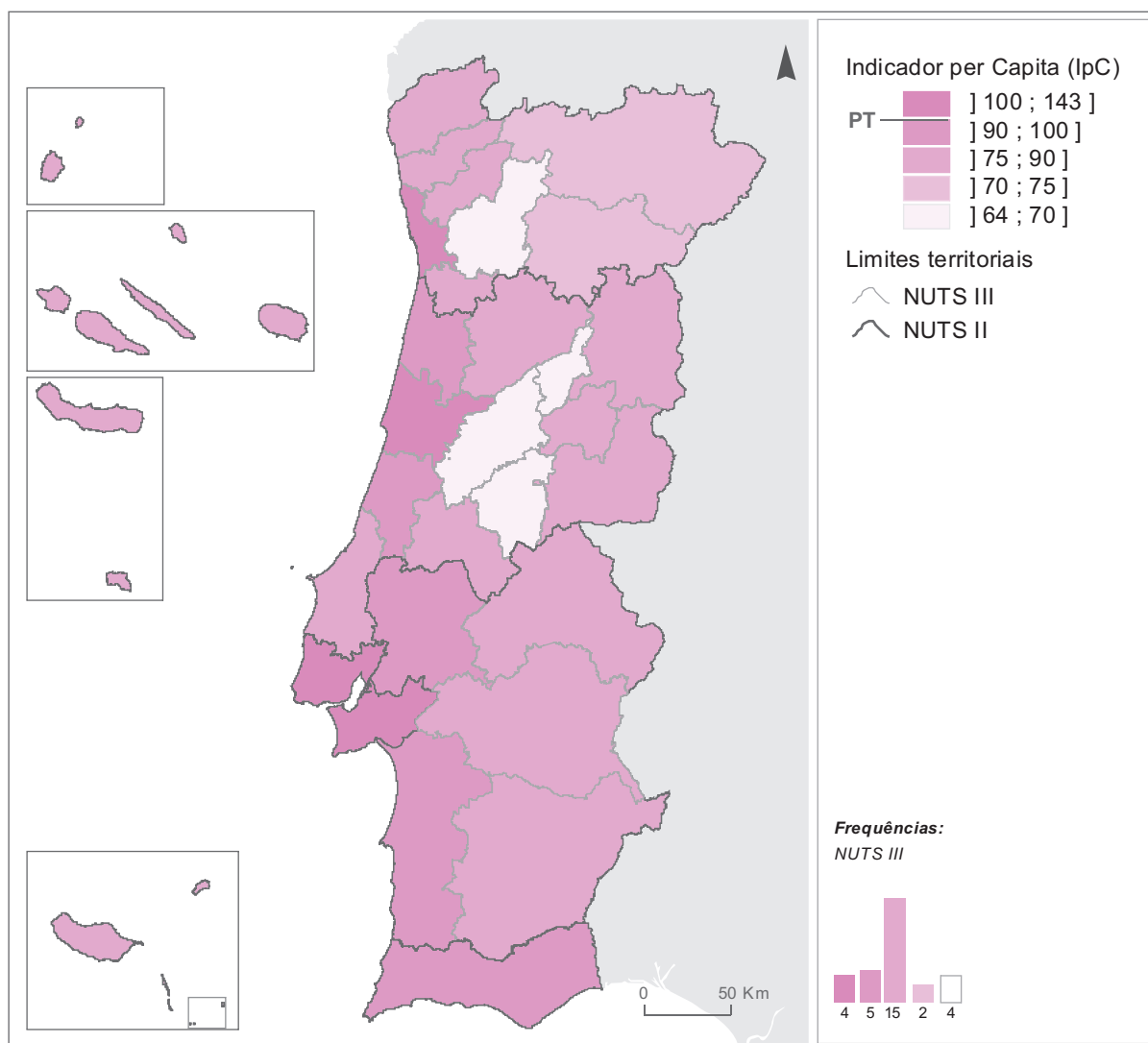


A observação dos desempenhos das 30 sub-regiões NUTS III portuguesas, medidos por este indicador, revela que apenas quatro sub-regiões estavam acima do valor nacional: Grande Lisboa (142,4), Grande Porto (111,3), Baixo Mondego (102,8) e Península de Setúbal (101,1).

Os menores valores de IpC situavam-se nas sub-regiões do Norte e do Centro: Pinhal Interior Sul (64,4), Tâmega (67,2), Pinhal Interior Norte (67,4), Serra da Estrela (69,8), seguindo-se o Alto Trás-os-Montes (72,4) e o Douro (74,1). Nestas seis sub-regiões, o poder de compra *per capita* médio não atingia 75% do valor médio nacional.

A partir da Figura 3, é possível observar também que o poder de compra *per capita* era tendencialmente mais elevado no Litoral continental e, por oposição, mais reduzido no Interior (sobretudo, Norte e Centro). Contudo, constata-se que o Alentejo Central (89,6) e a Beira Interior Sul (86,8) faziam parte do conjunto das 15 sub-regiões com poder de compra *per capita* mais elevado.

Indicador per Capita por NUTS III, 2011 | Figura 3



Em 2011, em 36 dos 308 municípios portugueses, o poder de compra *per capita* situava-se acima da média nacional. A Figura 4 destaca os valores de IpC mais elevados verificados nos territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto⁵. Com efeito, o município de Lisboa apresentava o IpC mais elevado (216,9), mais do que duplicando o índice nacional, mas, nas 15 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 110, encontravam-se ainda mais três municípios da Área Metropolitana de Lisboa: Oeiras (193,7), Cascais (132,0) e Alcochete (123,5). No território metropolitano do Porto, destacavam-se os municípios do Porto (161,7), de São João da Madeira (129,9), de Matosinhos (124,4) e da Maia (112,3).

Além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito revelavam um poder de compra *per capita* superior à média nacional, com relevância para Faro (133,1), Coimbra (131,7), Aveiro (126,7) e Évora (112,5). Esta análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente. Evidenciavam-se, ainda, o Funchal (113,4), na Região Autónoma da Madeira, Sines (137,0), no Alentejo Litoral, e Azambuja (114,8), na Lezíria do Tejo.

A Figura 4 permite ainda destacar um conjunto adicional de 21 municípios cujo IpC se posicionava acima da média nacional (entre 100 e 110). Para além de municípios da Área Metropolitana de Lisboa, designadamente Almada, Setúbal, Amadora, Montijo, Loures, Mafra, Sintra, Vila Franca de Xira e Barreiro, destacavam-se também municípios correspondentes a capitais de distrito como Beja, Braga, Leiria, Portalegre, Santarém e Vila Real. Finalmente, além de um conjunto de municípios dispersos — Ponta Delgada (na Região Autónoma dos Açores), Entroncamento (no Médio Tejo) e Caldas da Rainha (no Oeste) —, emergia um grupo de municípios do Algarve: Portimão, Albufeira e Loulé.

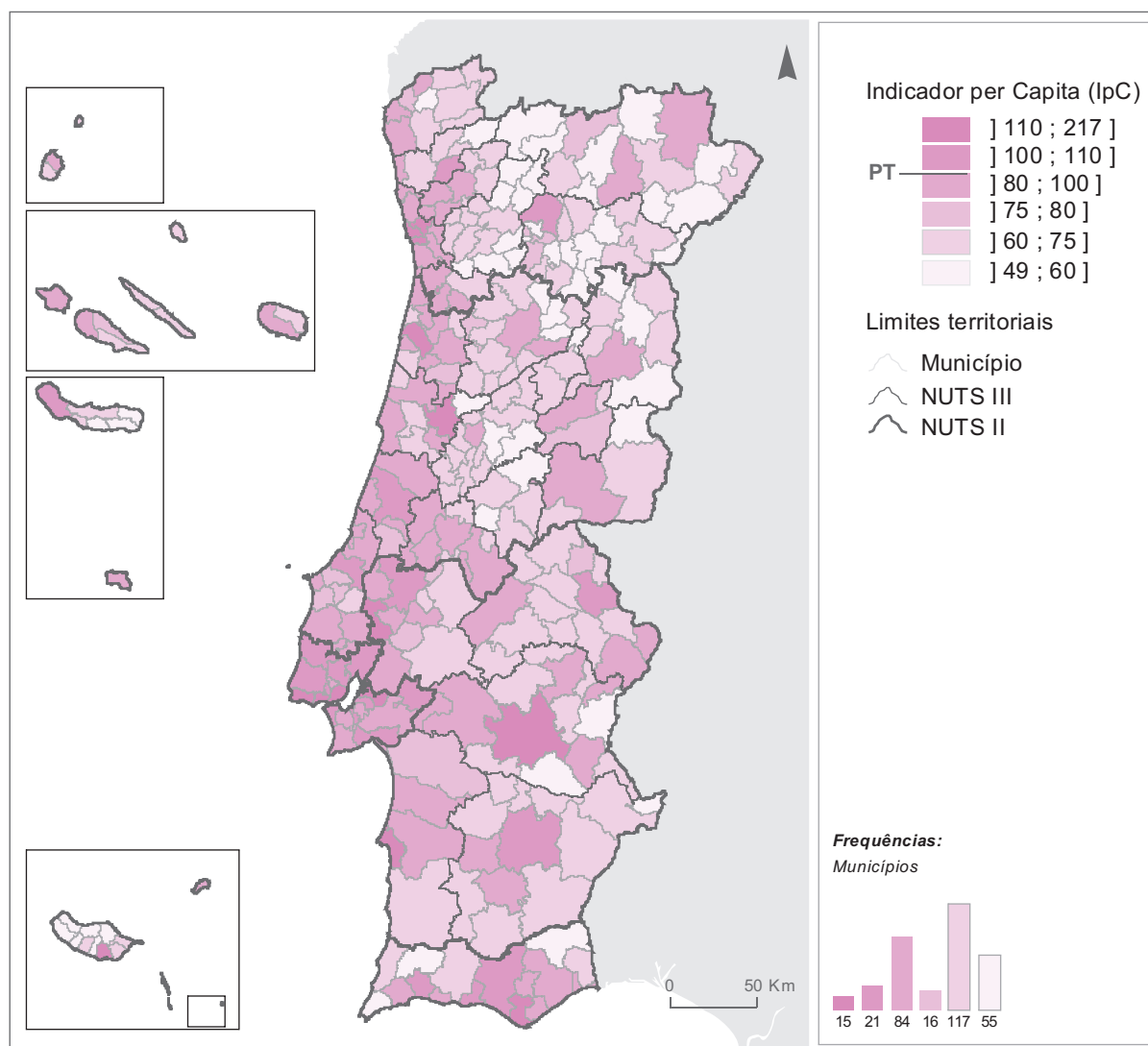
Uma última observação diz respeito à importância do poder de compra manifestado na Área Metropolitana de Lisboa que, coincidindo com a NUTS II Lisboa, agrega os municípios da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. Deste total de 18 municípios, apenas cinco apresentavam um poder de compra que se situava abaixo da média nacional: Palmela (99,99), Sesimbra (96,1), Seixal (94,1), Odivelas (91,9) e Moita (81,3). Por outro lado, apenas três municípios registavam um valor superior à média metropolitana (131,0): Lisboa (216,9), Oeiras (193,7) e Cascais (132,0), o que significa que 10 dos 18 municípios integrados na Área Metropolitana de Lisboa apresentavam um poder de compra abaixo da média metropolitana mas acima da média nacional.

⁵ A Área Metropolitana de Lisboa é composta pelos seguintes 18 municípios: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira; a Área Metropolitana do Porto é composta pelos seguintes 17 municípios: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

A Área Metropolitana do Porto apresentava um valor de IpC (103,5) aquém do valor da Área Metropolitana de Lisboa (131,0) mas acima da média nacional. Os quatro municípios que superavam a média nacional (Porto, São João da Madeira, Matosinhos e Maia) eram os mesmos que superavam a média metropolitana. Entre os 13 municípios da Área Metropolitana do Porto com um poder de compra *per capita* abaixo da média nacional, encontravam-se os municípios de Arouca e de Paredes com um índice de poder de compra de 65,2 e de 74,6, respetivamente.

No conjunto do território nacional, 172 municípios (56% do número total de municípios) apresentavam valores de IpC inferiores a 75. Dos 10 municípios com menor poder de compra *per capita* manifestado, sete pertenciam ao Interior da região Norte, distribuindo-se pelas sub-regiões do Tâmega, Douro e Alto Trás-os-Montes, e três à Região Autónoma da Madeira.

Indicador per Capita por município, 2011 | Figura 4



A Figura 5 permite analisar o IpC obtido nos municípios tendo por referência, em simultâneo, os contextos nacional e regional, possibilitando a avaliação do grau de coesão intrarregional e a identificação dos municípios que se evidenciavam no respetivo contexto regional.

Nesta perspetiva, importa atender à forma como, em 2011, os 308 municípios nacionais se distribuíam, em função dos contextos nacional e regional. Assim, 26 municípios apresentavam um IpC, simultaneamente, acima do poder de compra *per capita* médio nacional e regional – eram sobretudo municípios que integram as duas áreas metropolitanas e cidades de média dimensão, maioritariamente coincidentes com capitais de distrito (Faro, Coimbra, Aveiro, Évora, Beja, Braga, Leiria, Portalegre, Vila Real e Santarém) mas também, por exemplo, o Funchal e Ponta Delgada.

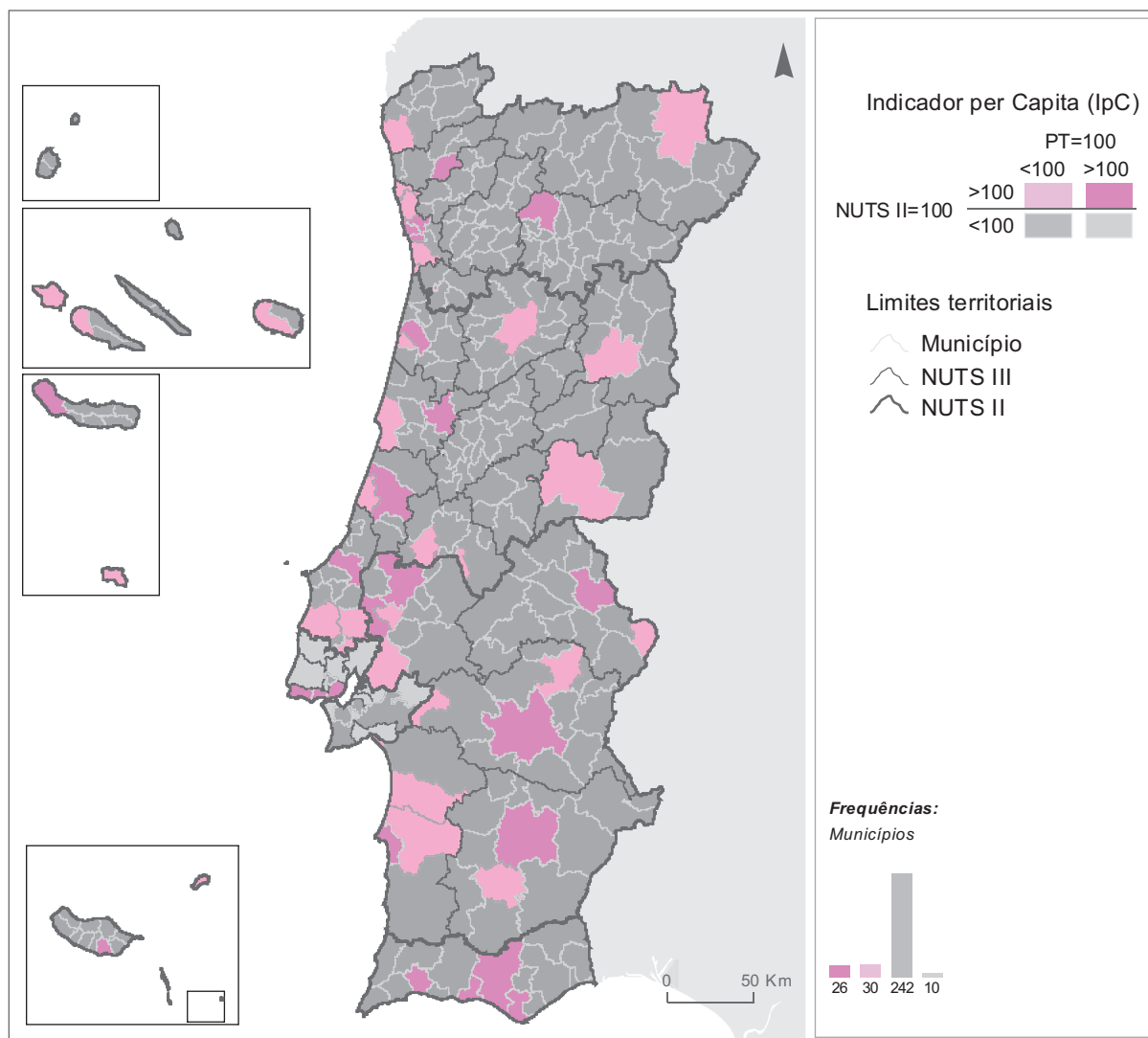
Em 30 municípios, o poder de compra *per capita* manifestado em 2011 ficava aquém da média nacional mas acima da média regional — correspondiam maioritariamente a municípios da faixa Litoral continental, sobretudo da região Centro (11 municípios), mas também do Alentejo (8), do Norte (6), da Região Autónoma dos Açores (4) e da Região Autónoma da Madeira (1).

Em suma, apenas em 56 municípios (cerca de 18% do total) era superada a média regional, independentemente de ser ultrapassada, ou não, em simultâneo, a média nacional. A proporção de municípios nesta situação por região situava-se entre 14%, na região Norte, e 26%, na Região Autónoma dos Açores.

Cerca de 80% dos municípios do país (242) revelavam um poder de compra *per capita*, simultaneamente, aquém da média nacional e da respetiva média regional – ao nível das regiões NUTS II, esta proporção variava entre 28%, na região Lisboa, e 86%, na região Norte.

Por último, 10 municípios da região Lisboa apresentavam um poder de compra *per capita* acima da média nacional, mas aquém do respetivo valor regional (131,0): Amadora, Loures, Mafra, Sintra e Vila Franca de Xira (na Grande Lisboa), Alcochete, Almada, Setúbal, Montijo e Barreiro (na Península de Setúbal). Apenas se encontravam nestas condições municípios da NUTS II Lisboa, uma vez que esta era a única região NUTS II com um valor acima da média nacional.

Indicador per Capita por município
contextualizado nas regiões NUTS II, 2011 | Figura 5



2.2. PERCENTAGEM DE PODER DE COMPRA

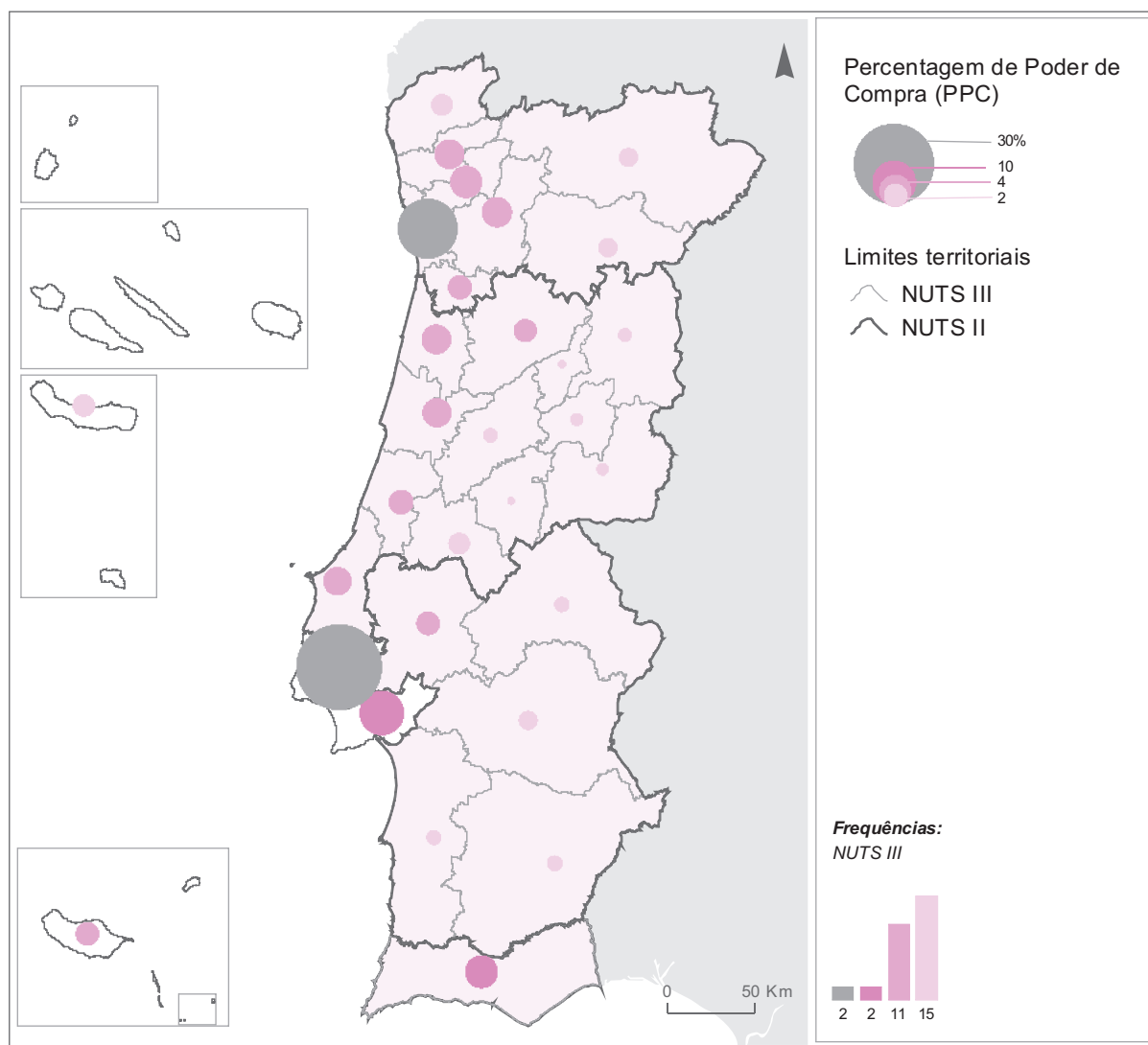
A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial — o Indicador per Capita (IpC) — e reflete o peso do poder de compra manifestado regularmente em cada município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%). Com este indicador, pretende-se avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em síntese, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional.

Neste sentido, uma unidade territorial pode concentrar uma proporção significativa do poder de compra nacional, ainda que não tenha um valor de IpC elevado, se concentrar um efetivo populacional elevado, na medida em que a distribuição espacial da PPC resulta do efeito conjugado das concentrações espaciais do IpC e da população.

Por outro lado, o peso de cada território no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida selecionado para o índice IpC de onde é derivado o indicador PPC. Por este motivo, as análises baseadas na PPC, nomeadamente estudos de concentração do poder de compra, devem ser efetuadas e interpretadas com algum cuidado, dado que também refletem a escala convencional usada na medida do IpC. Com estas reservas, entende-se que a leitura deste indicador pode revestir-se de algum valor acrescentado.

A estrutura regional da PPC em 2011 revelava que as regiões NUTS II Lisboa e Norte concentravam dois terços do poder de compra manifestado regularmente no país. Para este resultado, contribuíam de forma mais decisiva as sub-regiões NUTS III Grande Lisboa (28%), Grande Porto (14%) e Península de Setúbal (8%). No conjunto, estas três sub-regiões representavam cerca de metade do poder de compra manifestado no território nacional. A Figura 6 permite, adicionalmente, constatar que o poder de compra se concentrava de forma mais intensa nas regiões do Litoral continental. Por outro lado, as seis sub-regiões que concentravam menos poder de compra localizavam-se no Interior da região Centro: por ordem crescente, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Beira Interior Norte e Pinhal Interior Norte. Além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuíam, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

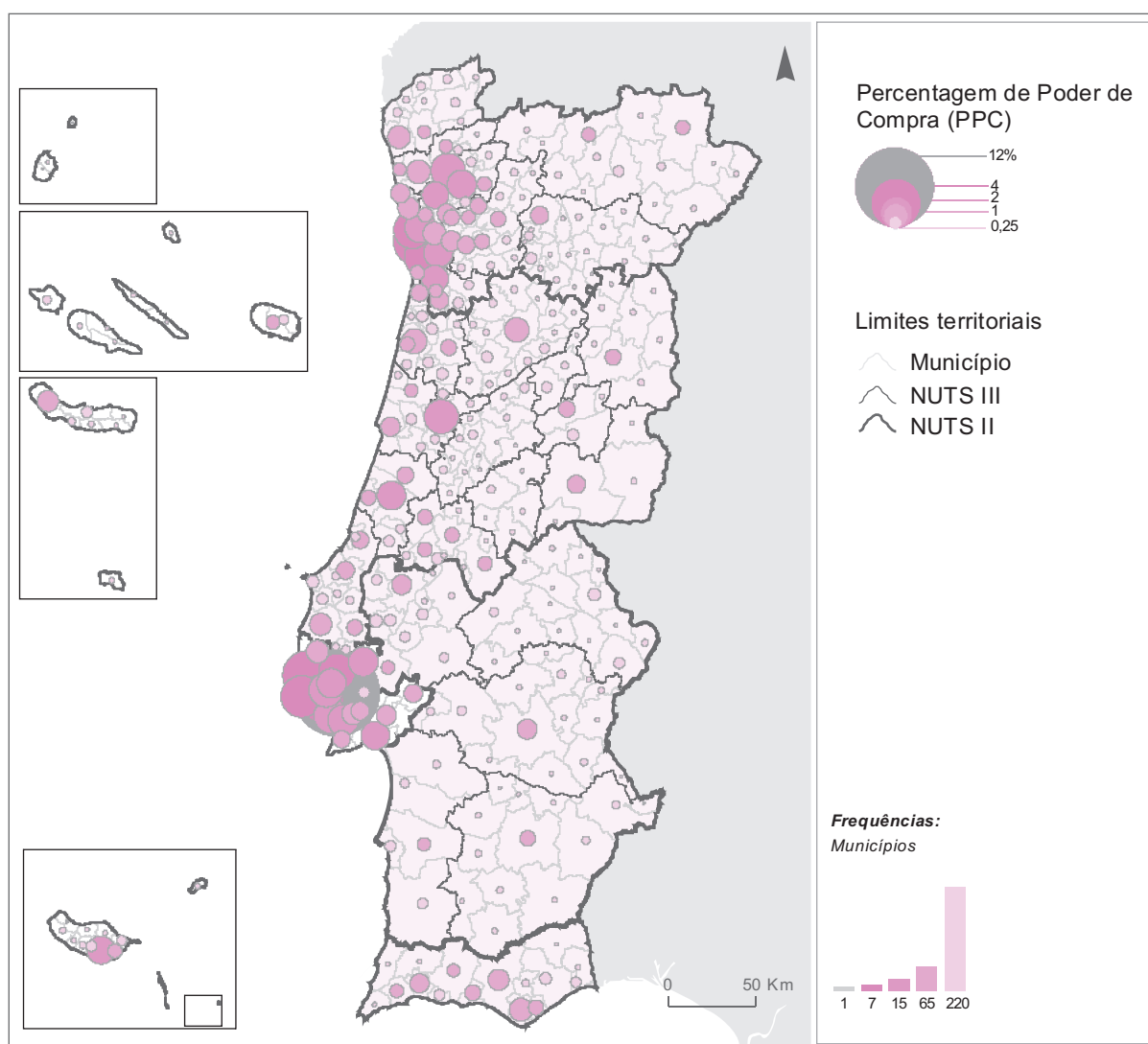
Percentagem de Poder de Compra por NUTS III, 2011 | Figura 6



Ao nível municipal, Lisboa destacava-se no contexto nacional ao representar 11% do poder de compra total. Em 2011, apenas mais 22 municípios concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Trata-se de municípios integrados nas áreas metropolitanas de Lisboa (Sintra, que era o segundo município a concentrar mais poder de compra, com 4%, e ainda Oeiras, Cascais, Loures, Almada, Amadora, Seixal, Vila Franca de Xira, Odivelas e Setúbal) e do Porto (Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Santa Maria da Feira), bem como de municípios capitais de distrito (Braga, Coimbra e Leiria). Os municípios do Funchal (na Região Autónoma da Madeira), de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão (ambos na sub-região do Ave) ainda faziam parte deste conjunto [Figura 7].

Com os menores contributos, encontravam-se os municípios do Corvo e das Lajes das Flores (Região Autónoma dos Açores) e o município de Barrancos, no Baixo Alentejo, detendo individualmente 0,01% ou menos do poder de compra nacional.

Percentagem de Poder de Compra por município, 2011 | Figura 7

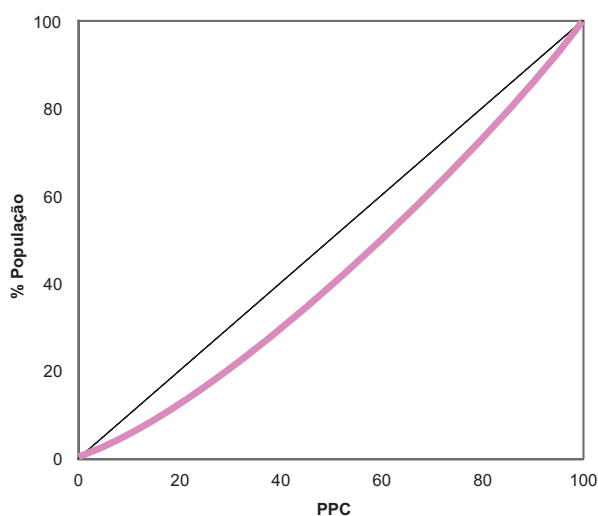


Adicionalmente, as duas áreas metropolitanas do país concentravam 52% do poder de compra nacional.

A curva de Lorenz representada na Figura 8 permite avaliar o grau de concentração do poder de compra pela população residente⁶ e sugere uma repartição relativamente equitativa da percentagem de poder de compra pelos municípios portugueses, considerando a sua dimensão demográfica. O índice de Gini, que permite quantificar⁷ este resultado, revela uma concentração de 12,0%. Os resultados do cálculo do índice de Gini para as sete regiões NUTS II do país, tendo por base os respetivos municípios, revelam que apenas em Lisboa (15,5%) e na Região Autónoma da Madeira (14,2%) se verificava um nível de concentração superior ao valor nacional; seguiam-se a região Norte (10,6%), a Região Autónoma dos Açores (9,4%), a região Centro (8,1%) e, com um índice de Gini mais baixo, as regiões do Alentejo e do Algarve (com 8,0% e 7,3%, respetivamente).

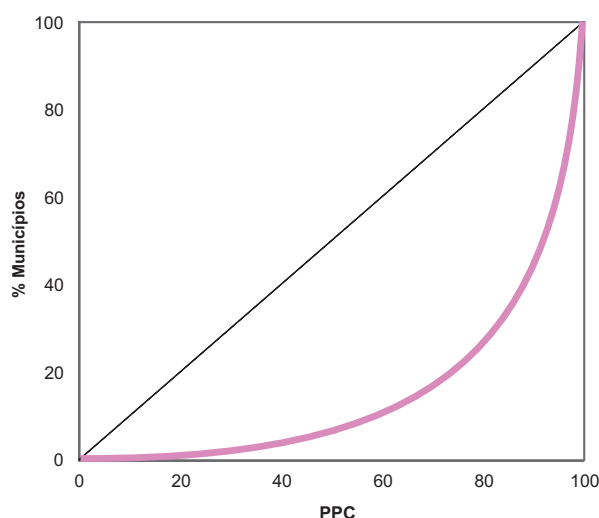
Concentração da Percentagem de
Poder de Compra pela população
residente nos municípios, 2011

Figura 8



Concentração da Percentagem
de Poder de Compra pelos
municípios, 2011

Figura 9



A Figura 9 reflete a concentração do poder de compra pelos 308 municípios portugueses, permitindo constatar que, em 2011, cerca de 7% (22) e 20% (63) dos municípios concentravam, respetivamente, 50% e 75% do poder de compra nacional. Estes resultados suportam a leitura de que o poder de compra se encontra associado à dimensão urbana dos municípios e, portanto, territorialmente muito concentrado.

⁶ Quanto mais afastada da diagonal (reta de igual distribuição) estiver a curva de concentração (de Lorenz), maior será o grau de concentração do poder de compra entre a população residente e, portanto, mais elevado será o índice de Gini.

⁷ O Índice de Gini foi calculado com base na seguinte formulação: $IG = \left(\frac{1}{2} \sum_{j=1}^n |x_j - y_j| \right) \times 100$

em que: x_j corresponde ao rácio entre a população residente no município j e a população residente total da região; y_j corresponde à proporção de poder de compra no município j relativamente à proporção de poder de compra da região.

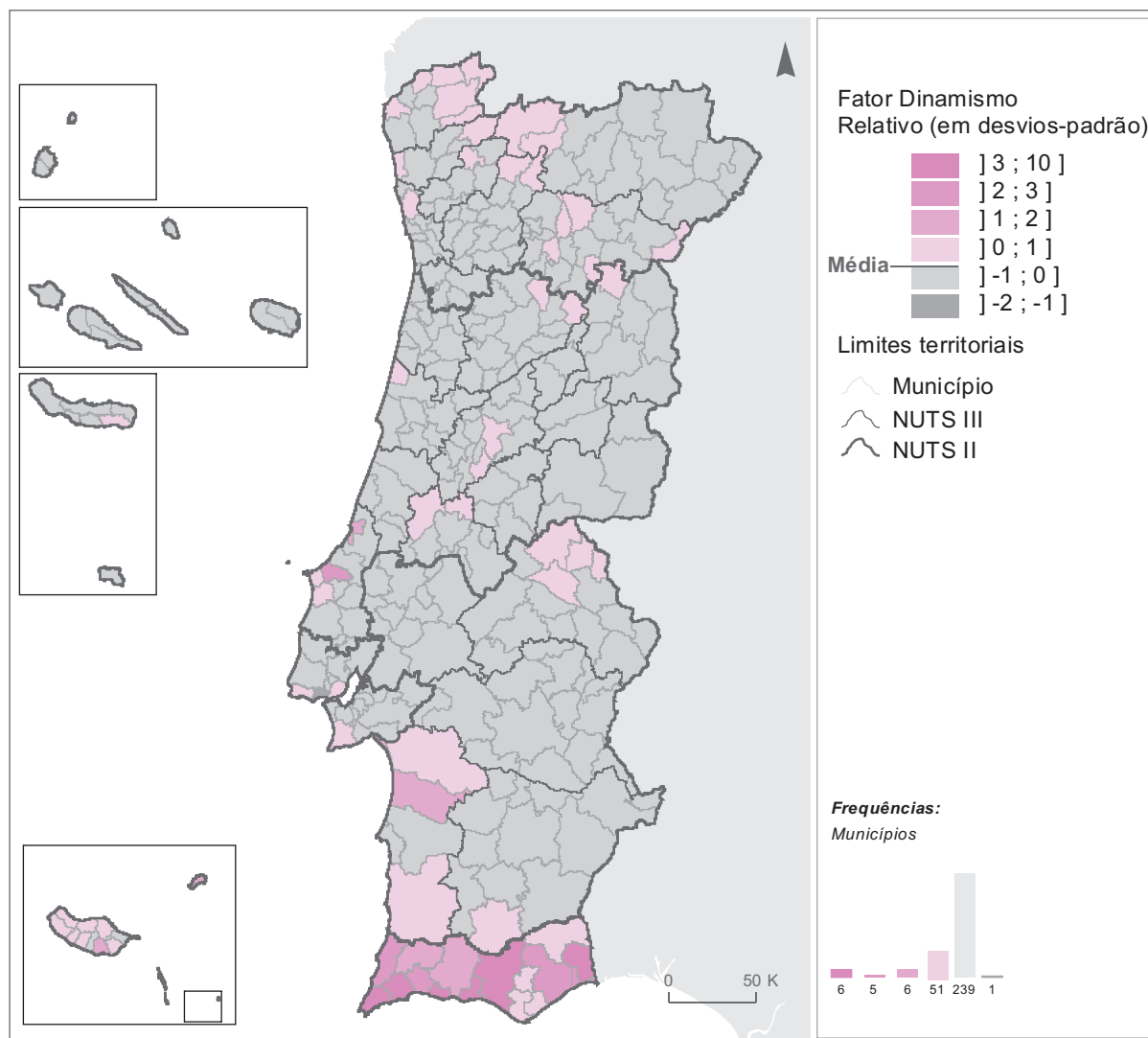
2.3. FATOR DINAMISMO RELATIVO

O Fator Dinamismo Relativo (FDR) corresponde ao segundo fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 26,0% da variância total das variáveis de base. O FDR pretende refletir o poder de compra de manifestação irregular, geralmente sazonal, e que está relacionado com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística associados à dinâmica económica que persiste na informação de base para além da refletida no primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial — o Indicador per Capita do poder de compra.

Assim, o objetivo essencial da construção do FDR consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito do poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si. Importa, assim, sublinhar que um valor baixo assumido no FDR em determinada unidade territorial não significa que a atividade turística seja pouco relevante neste território mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra aí manifestado de forma regular. Esta leitura decorre, fundamentalmente, da opção por um método de rotação ortogonal, isto é, de um método que mantém a correlação nula entre os fatores extraídos, conforme explicitado na exposição metodológica.

À semelhança das edições anteriores do EPCC, o FDR é apresentado como variável estandardizada (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), adotando-se como unidade de medida para efeitos de análise o desvio-padrão da respetiva distribuição municipal. Tal como o IpC, o FDR é extraído a partir de uma matriz de 17 variáveis de base integralmente reportadas ao ano de 2011.

Fator Dinamismo Relativo por município, 2011 | Figura 10



A análise por município confirma, tal como nas edições anteriores do estudo, a relevância do Algarve. De facto, em 2011, dos 17 municípios com um FDR superior ao desvio-padrão da distribuição, 12 situavam-se naquela região: Vila do Bispo, Albufeira, Lagoa, Loulé, Lagos, Castro Marim, Portimão, Vila Real de Santo António, Tavira, Aljezur, Silves e Monchique [Figura 10]. De entre estes municípios, Vila do Bispo e Albufeira destacavam-se claramente, apresentando um FDR superior a 8 desvios-padrão.

Os municípios de Óbidos (2,33) e da Nazaré (1,27), na sub-região Oeste, de Grândola (1,07), no Alentejo Litoral, do Porto Santo (1,67) e do Funchal (1,37), na Região Autónoma da Madeira, completavam o conjunto dos 17 municípios que apresentavam um FDR superior a 1 em 2011.

Com valores no FDR situados entre 0,5 e 1, encontrava-se um conjunto adicional de cinco municípios — Cascais, na Grande Lisboa; Alcácer do Sal, no Alentejo Litoral; Calheta e Porto Moniz, na Região Autónoma da Madeira, e Faro, no Algarve. Caminha (0,42) era o município com o valor mais elevado em termos de FDR na região Norte.

No outro extremo, com resultados menos significativos no FDR em 2011, encontravam-se sobretudo grandes centros urbanos como os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa (Oeiras, Barreiro e Amadora) e do Porto (São João da Madeira, Matosinhos, Trofa e Oliveira de Azeméis), capitais de distrito do Interior continental como Beja, Guarda e Portalegre, mas também municípios do Alentejo (Castro Verde, Vendas Novas, Campo Maior e Cartaxo), municípios da Região Autónoma dos Açores (Vila do Porto e Angra do Heroísmo) e ainda o Entroncamento (no Médio Tejo) e Arruda dos Vinhos (no Oeste). Este conjunto de 18 municípios apresentava valores de FDR inferiores a -0,5.

Importa, igualmente, sublinhar a existência de municípios que apresentavam valores de IpC e FDR simultaneamente elevados em 2011. Nesta perspetiva, merecem, mais uma vez, destaque os municípios do Algarve, sobretudo Albufeira, Portimão e Faro, mas também o Funchal e Cascais.

QUADROS DE RESULTADOS



IpC, PPC e FDR por município, 2011

Quadro 5 (continua)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Portugal	100,00	100,000	-0,092
Continente	100,83	95,938	-0,107
NORTE	89,22	31,206	-0,278
Minho-Lima	77,57	1,796	-0,002
Arcos de Valdevez	61,97	0,133	0,192
Caminha	81,83	0,129	0,423
Melgaço	62,47	0,054	0,235
Monção	69,43	0,126	0,113
Paredes de Coura	59,25	0,052	-0,158
Ponte da Barca	60,15	0,069	0,050
Ponte de Lima	64,97	0,268	-0,012
Valença	85,13	0,113	0,231
Viana do Castelo	93,09	0,782	-0,204
Vila Nova de Cerveira	79,91	0,070	-0,007
Cávado	85,88	3,348	-0,263
Amares	68,12	0,122	-0,171
Barcelos	72,59	0,830	-0,263
Braga	104,17	1,800	-0,408
Esposende	81,51	0,266	0,078
Terras de Bouro	56,97	0,039	0,277
Vila Verde	64,25	0,293	-0,070
Ave	81,15	3,941	-0,278
Fafe	69,71	0,334	-0,111
Guimarães	85,78	1,286	-0,233
Póvoa de Lanhoso	68,37	0,142	0,005
Santo Tirso	80,55	0,546	-0,375
Trofa	86,54	0,320	-0,518
Vieira do Minho	66,05	0,081	-0,141
Vila Nova de Famalicão	83,92	1,068	-0,324
Vizela	72,06	0,163	-0,331
Grande Porto	111,28	13,574	-0,348
Espinho	99,65	0,297	-0,394
Gondomar	80,35	1,283	-0,470
Maia	112,25	1,447	-0,434
Matosinhos	124,35	2,074	-0,565
Porto	161,65	3,574	-0,177
Póvoa de Varzim	92,71	0,558	-0,033
Valongo	86,45	0,776	-0,467
Vila do Conde	93,89	0,711	0,216
Vila Nova de Gaia	99,13	2,853	-0,419
Tâmega	67,15	3,508	-0,236
Amarante	69,09	0,368	-0,188
Baião	52,63	0,102	-0,168
Cabeceiras de Basto	57,46	0,091	0,068
Castelo de Paiva	58,90	0,093	-0,295
Celorico de Basto	49,83	0,095	-0,011
Cinfães	49,87	0,096	-0,175
Felgueiras	73,63	0,406	-0,286
Lousada	64,55	0,291	-0,185
Marco de Canaveses	70,52	0,358	-0,263
Mondim de Basto	57,23	0,041	-0,038
Paços de Ferreira	71,62	0,386	-0,281
Paredes	74,55	0,616	-0,356
Penafiel	69,56	0,477	-0,294
Resende	54,67	0,058	-0,076
Ribeira de Pena	50,80	0,031	0,073

IpC, PPC e FDR por município, 2011

Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Porcentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Entre Douro e Vouga	84,42	2,205	-0,432
Arouca	65,20	0,137	-0,277
Oliveira de Azeméis	80,63	0,524	-0,509
Santa Maria da Feira	82,57	1,097	-0,381
São João da Madeira	129,86	0,268	-0,651
Vale de Cambra	82,52	0,178	-0,452
Douro	74,08	1,439	-0,225
Alijó	60,85	0,068	0,037
Armamar	58,35	0,035	0,028
Carraceda de Ansiães	54,62	0,033	-0,066
Freixo de Espada à Cinta	57,01	0,020	0,018
Lamego	79,41	0,200	-0,341
Mesão Frio	57,76	0,024	-0,018
Moimenta da Beira	63,11	0,061	-0,097
Penedono	56,47	0,016	0,008
Peso da Régua	79,17	0,128	-0,356
Sabrosa	60,31	0,036	0,073
Santa Marta de Penaguião	55,71	0,038	-0,208
São João da Pesqueira	57,92	0,043	-0,141
Sernancelhe	54,31	0,029	-0,091
Tabuaço	50,93	0,031	-0,015
Tarouca	63,60	0,048	-0,211
Torre de Moncorvo	61,00	0,049	-0,220
Vila Flor	60,15	0,038	-0,121
Vila Nova de Foz Côa	63,56	0,044	-0,157
Vila Real	101,46	0,498	-0,422
Alto Trás-os-Montes	72,35	1,394	-0,162
Alfândega da Fé	57,13	0,027	-0,001
Boticas	52,64	0,028	0,031
Bragança	96,47	0,323	-0,448
Chaves	79,09	0,309	-0,016
Macedo de Cavaleiros	69,45	0,103	-0,232
Miranda do Douro	68,28	0,048	-0,008
Mirandela	80,36	0,180	-0,378
Mogadouro	59,90	0,054	-0,203
Montalegre	57,81	0,057	0,261
Murça	57,63	0,032	-0,175
Valpaços	54,62	0,087	-0,002
Vila Pouca de Aguiar	62,41	0,078	-0,126
Vimioso	54,35	0,024	-0,030
Vinhais	51,33	0,044	-0,214
CENTRO	87,49	19,221	-0,217
Baixo Vouga	90,87	3,359	-0,291
Águeda	85,17	0,384	-0,317
Albergaria-a-Velha	80,24	0,191	-0,349
Anadia	76,33	0,210	-0,416
Aveiro	126,68	0,938	-0,278
Estarreja	80,05	0,204	-0,429
Ílhavo	89,39	0,327	-0,329
Mealhada	83,85	0,162	-0,368
Murtosa	69,79	0,070	-0,072
Oliveira do Bairro	81,81	0,180	-0,220
Ovar	87,31	0,458	-0,239
Sever do Vouga	71,46	0,083	-0,284
Vagos	69,95	0,152	-0,068

IpC, PPC e FDR por município, 2011

Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Baixo Mondego	102,82	3,216	-0,314
Cantanhede	80,74	0,280	-0,249
Coimbra	131,69	1,766	-0,440
Condeixa-a-Nova	80,50	0,132	-0,379
Figueira da Foz	96,50	0,567	-0,072
Mira	73,61	0,087	0,061
Montemor-o-Velho	71,34	0,177	-0,428
Penacova	59,12	0,085	-0,303
Soure	68,61	0,124	-0,327
Pinhal Litoral	94,27	2,330	-0,264
Batalha	86,82	0,130	-0,207
Leiria	102,92	1,237	-0,328
Marinha Grande	95,79	0,352	-0,346
Pombal	81,98	0,428	-0,041
Porto de Mós	79,40	0,183	-0,346
Pinhal Interior Norte	67,42	0,835	-0,131
Alvaiázere	63,45	0,043	-0,104
Ansião	69,10	0,085	-0,128
Arganil	65,21	0,074	-0,055
Castanheira de Pêra	60,07	0,018	-0,116
Figueiró dos Vinhos	63,07	0,037	-0,102
Góis	59,31	0,024	0,028
Lousã	80,07	0,133	-0,211
Miranda do Corvo	63,99	0,079	-0,262
Oliveira do Hospital	70,14	0,138	-0,047
Pampilhosa da Serra	56,32	0,024	-0,175
Pedrogão Grande	61,45	0,022	0,006
Penela	65,65	0,037	-0,248
Tábua	63,69	0,073	-0,154
Vila Nova de Poiares	68,88	0,047	-0,134
Dão-Lafões	78,05	2,041	-0,199
Aguiar da Beira	61,58	0,032	0,017
Carregal do Sal	69,03	0,064	-0,197
Castro Daire	60,48	0,087	-0,183
Mangualde	80,74	0,151	-0,423
Mortágua	69,69	0,063	-0,170
Nelas	74,18	0,098	-0,240
Oliveira de Frades	79,47	0,077	-0,360
Penalva do Castelo	54,46	0,041	-0,245
Santa Comba Dão	69,09	0,075	-0,141
São Pedro do Sul	63,87	0,101	-0,033
Sátão	59,57	0,070	-0,132
Tondela	69,66	0,190	-0,109
Vila Nova de Paiva	57,56	0,028	0,027
Viseu	96,11	0,903	-0,217
Vouzela	60,99	0,061	-0,294
Pinhal Interior Sul	64,44	0,247	-0,293
Mação	61,72	0,042	-0,337
Oleiros	54,77	0,029	-0,245
Proença-a-Nova	64,46	0,050	-0,359
Sertão	70,52	0,105	-0,277
Vila de Rei	58,11	0,019	-0,200
Serra da Estrela	69,82	0,287	-0,238
Fornos de Algodres	57,32	0,027	-0,118
Gouveia	67,61	0,089	-0,208
Seia	73,60	0,171	-0,279

IpC, PPC e FDR por município, 2011

Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Beira Interior Norte	76,78	0,752	-0,281
Almeida	74,80	0,050	-0,026
Celorico da Beira	64,31	0,046	-0,057
Figueira de Castelo Rodrigo	61,86	0,037	-0,188
Guarda	96,92	0,387	-0,553
Manteigas	61,49	0,020	-0,049
Meda	57,89	0,028	0,059
Pinhel	59,42	0,054	-0,209
Sabugal	59,81	0,070	-0,059
Trancoso	64,22	0,060	-0,131
Beira Interior Sul	86,75	0,611	-0,287
Castelo Branco	95,48	0,504	-0,345
Idanha-a-Nova	61,34	0,056	-0,154
Penamacor	54,51	0,029	-0,075
Vila Velha de Ródão	68,85	0,023	-0,068
Cova da Beira	80,37	0,663	-0,162
Belmonte	71,22	0,046	-0,233
Covilhã	84,58	0,411	-0,241
Fundão	75,09	0,206	-0,005
Oeste	89,51	3,076	0,013
Alcobaça	83,41	0,447	0,000
Alenquer	92,56	0,380	-0,331
Arruda dos Vinhos	93,43	0,121	-0,520
Bombarral	77,73	0,097	-0,164
Cadaval	71,08	0,096	-0,080
Caldas da Rainha	100,50	0,494	-0,174
Lourinhã	77,77	0,190	0,217
Nazaré	84,63	0,120	1,274
Óbidos	78,24	0,087	2,327
Peniche	86,34	0,226	0,284
Sobral de Monte Agraço	84,08	0,081	-0,450
Torres Vedras	97,76	0,737	-0,212
Médio Tejo	86,66	1,804	-0,290
Abrantes	86,75	0,320	-0,458
Alcanena	81,48	0,106	-0,219
Constância	87,92	0,034	-0,390
Entroncamento	109,82	0,212	-0,703
Ferreira do Zêzere	62,81	0,051	0,033
Ourém	80,96	0,352	0,154
Sardoal	68,45	0,026	-0,312
Tomar	85,14	0,325	-0,322
Torres Novas	94,99	0,330	-0,472
Vila Nova da Barquinha	71,23	0,050	-0,389
LISBOA	130,97	35,120	-0,255
Grande Lisboa	142,41	27,612	-0,229
Amadora	105,74	1,763	-0,528
Cascais	132,01	2,604	0,751
Lisboa	216,88	11,056	0,195
Loures	102,38	2,011	-0,362
Mafra	101,63	0,754	-0,077
Odivelas	91,94	1,282	-0,429
Oeiras	193,70	3,174	-1,364
Sintra	101,25	3,647	-0,496
Vila Franca de Xira	100,85	1,321	-0,493

IpC, PPC e FDR por município, 2011

Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Porcentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Península de Setúbal	101,09	7,508	-0,324
Alcochete	123,48	0,210	-0,163
Almada	109,80	1,808	-0,178
Barreiro	100,18	0,747	-0,540
Moita	81,30	0,510	-0,492
Montijo	103,97	0,516	-0,310
Palmela	99,99	0,601	-0,390
Seixal	94,13	1,431	-0,400
Sesimbra	96,12	0,456	0,253
Setúbal	107,30	1,230	-0,436
ALENTEJO	87,99	6,296	-0,287
Alentejo Litoral	92,86	0,862	0,164
Alcácer do Sal	79,74	0,098	0,712
Grândola	91,79	0,130	1,070
Odemira	71,81	0,177	0,376
Santiago do Cacém	96,47	0,273	-0,451
Sines	136,96	0,184	-0,384
Alto Alentejo	82,03	0,912	-0,356
Alter do Chão	70,15	0,024	-0,187
Arronches	68,06	0,020	-0,436
Avis	69,35	0,030	-0,189
Campo Maior	90,00	0,072	-0,725
Castelo de Vide	76,08	0,024	0,057
Crato	68,57	0,024	0,292
Elvas	84,87	0,184	-0,254
Fronteira	71,96	0,023	-0,412
Gavião	63,36	0,024	-0,093
Marvão	61,23	0,020	0,082
Monforte	63,95	0,020	-0,266
Mora	74,17	0,034	-0,310
Nisa	67,43	0,047	0,052
Ponte de Sor	80,64	0,127	-0,378
Portalegre	102,01	0,238	-0,748
Alentejo Central	89,62	1,410	-0,394
Alandroal	57,07	0,031	-0,160
Arraiolos	68,65	0,048	-0,147
Borba	71,28	0,049	-0,381
Estremoz	89,75	0,121	-0,499
Évora	112,47	0,600	-0,485
Montemor-o-Novo	83,11	0,136	-0,290
Mourão	63,19	0,016	-0,164
Portel	56,79	0,034	-0,104
Redondo	66,16	0,044	-0,251
Reguengos de Monsaraz	86,79	0,089	-0,356
Sousel	66,06	0,031	-0,265
Vendas Novas	95,00	0,107	-0,767
Viana do Alentejo	72,20	0,039	-0,229
Vila Viçosa	81,22	0,064	-0,341

IpC, PPC e FDR por município, 2011

Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Baixo Alentejo	81,18	0,969	-0,391
Aljustrel	81,18	0,070	-0,399
Almodôvar	72,29	0,051	0,017
Alvito	63,61	0,015	-0,264
Barrancos	58,65	0,010	-0,314
Beja	105,57	0,357	-0,706
Castro Verde	98,76	0,068	-0,870
Cuba	64,48	0,030	-0,258
Ferreira do Alentejo	70,20	0,055	-0,284
Mértola	61,31	0,042	-0,192
Moura	71,81	0,102	-0,306
Ourique	65,92	0,033	-0,118
Serpa	66,68	0,098	-0,132
Vidigueira	66,90	0,037	-0,126
Lezíria do Tejo	91,26	2,143	-0,308
Almeirim	85,22	0,190	-0,173
Alpiarça	69,92	0,051	-0,195
Azambuja	114,76	0,240	-0,065
Benavente	98,64	0,275	-0,238
Cartaxo	89,83	0,209	-0,507
Chamusca	67,94	0,065	-0,260
Coruche	73,86	0,138	-0,202
Golegã	78,35	0,040	-0,361
Rio Maior	87,01	0,175	-0,352
Salvaterra de Magos	78,41	0,165	-0,436
Santarém	101,45	0,595	-0,389
ALGARVE	96,74	4,094	3,125
Albufeira	102,83	0,394	8,855
Alcoutim	59,93	0,016	0,028
Aljezur	66,71	0,037	2,021
Castro Marim	74,98	0,047	3,062
Faro	133,07	0,797	0,674
Lagoa	87,11	0,188	5,143
Lagos	93,30	0,273	4,378
Loulé	100,20	0,665	4,776
Monchique	53,93	0,030	1,002
Olhão	81,37	0,349	0,375
Portimão	103,12	0,541	2,628
São Brás de Alportel	87,20	0,087	0,452
Silves	73,84	0,258	1,112
Tavira	88,48	0,217	2,529
Vila do Bispo	59,65	0,030	9,079
Vila Real de Santo António	91,94	0,166	2,586
R. A. AÇORES	82,35	1,931	-0,290
Santa Maria	87,38	0,046	-0,685
Vila do Porto	87,38	0,046	-0,685
São Miguel	83,28	1,092	-0,241
Lagoa (R.A.A.)	67,31	0,093	-0,266
Nordeste	55,86	0,026	-0,196
Ponta Delgada	104,27	0,681	-0,279
Povoação	57,80	0,034	0,181
Ribeira Grande	63,31	0,194	-0,291
Vila Franca do Campo	59,18	0,063	-0,081

IpC, PPC e FDR por município, 2011

Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Terceira	84,20	0,452	-0,406
Angra do Heroísmo	91,22	0,306	-0,651
Vila da Praia da Vitória	72,55	0,146	0,000
Graciosa	68,70	0,029	-0,226
Santa Cruz da Graciosa	68,70	0,029	-0,226
São Jorge	68,84	0,059	-0,257
Calheta (R.A.A.)	63,65	0,022	-0,374
Velas	72,38	0,037	-0,177
Pico	75,17	0,101	-0,258
Lajes do Pico	65,25	0,029	-0,225
Madalena	82,77	0,047	-0,212
São Roque do Pico	75,41	0,024	-0,386
Faial	86,40	0,123	-0,230
Horta	86,40	0,123	-0,230
Flores	74,21	0,027	-0,264
Lajes das Flores	64,28	0,009	-0,149
Santa Cruz das Flores	80,84	0,017	-0,341
Corvo	63,12	0,003	-0,353
Corvo	63,12	0,003	-0,353
R. A. MADEIRA	85,05	2,132	0,680
Calheta (R.A.M.)	59,35	0,064	0,681
Câmara de Lobos	53,07	0,177	-0,144
Funchal	113,42	1,183	1,367
Machico	72,75	0,148	-0,173
Ponta do Sol	52,88	0,044	0,260
Porto Moniz	52,94	0,013	0,594
Ribeira Brava	65,05	0,081	0,083
Santa Cruz	73,52	0,300	0,341
Santana	54,80	0,039	0,089
São Vicente	59,60	0,032	0,189
Porto Santo	96,08	0,049	1,669

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)
registrado nos municípios, 2011⁸

Quadro 6 (continua)

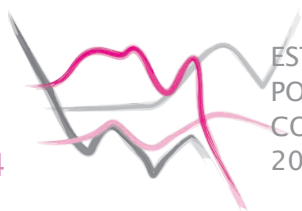
Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
99	Lisboa	90	Caldas da Rainha
	Oeiras	89	Sintra
	Porto		Vila Franca de Xira
	Sines	88	Barreiro
98	Cascais		Loulé
	Coimbra		Palmela
97	Faro	87	Castro Verde
	Aveiro		Espinho
	Matosinhos		Vila Nova de Gaia
96	São João da Madeira	86	Benavente
	Alcochete		Guarda
	Azambuja		Torres Vedras
	Funchal	85	Bragança
95	Entroncamento		Figueira da Foz
	Évora		Santiago do Cacém
	Maia		Sesimbra
94	Almada		Marinha Grande
	Amadora	84	Porto Santo
	Setúbal		Viseu
93	Beja	83	Castelo Branco
	Braga		Torres Novas
	Ponta Delgada		Vendas Novas
92	Leiria	82	Arruda dos Vinhos
	Montijo		Seixal
	Portimão		Vila do Conde
91	Albufeira	81	Lagos
	Loures		Póvoa de Varzim
	Portalegre		Viana do Castelo
90	Mafra	80	Alenquer
	Santarém		Odivelas
	Vila Real		Vila Real de Santo António

⁸ Os municípios são apresentados, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)
registado nos municípios, 2011

Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
80	Angra do Heroísmo	70	Alcobaça
	Campo Maior		Madalena
79	Grândola	69	Montemor-o-Novo
	Cartaxo		Pombal
	Estremoz		Santa Maria da Feira
78	Ílhavo	68	Vale de Cambra
	Constância		Caminha
	Tavira		Esposende
77	Vila do Porto	67	Oliveira do Bairro
	Lagoa		Alcanena
	Ovar		Moita
76	São Brás de Alportel	66	Olhão
	Batalha		Aljustrel
	Reguengos de Monsaraz		Ourém
75	Rio Maior	65	Vila Viçosa
	Abrantes		Cantanhede
	Trofa		Mangualde
74	Valongo	64	Santa Cruz das Flores
	Guimarães		Oliveira de Azeméis
	Horta		Ponte de Sôr
73	Peniche	63	Santo Tirso
	Águeda		Condeixa-a-Nova
	Almeirim		Gondomar
72	Tomar	62	Mirandela
	Covilhã		Albergaria-a-Velha
	Elvas		Estarreja
	Nazaré	61	Lousã
71	Valença		Alcácer do Sal
	Mealhada		Oliveira de Frades
	Sobral de Monte Agraço	60	Vila Nova de Cerveira
70	Vila Nova de Famalicão		



Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)
registado nos municípios, 2011

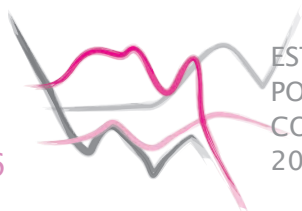
Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
60	Lamego	50	Fronteira
	Peso da Régua		Moura
59	Porto de Mós	49	Odemira
	Chaves		Montemor-o-Velho
	Golegã		Paços de Ferreira
58	Salvaterra de Magos	48	Sever do Vouga
	Anadia		Belmonte
	Bombarral		Borba
	Lourinhã	47	Vila Nova da Barquinha
57	Óbidos		Cadaval
	Castelo de Vide		Marco de Canaveses
	Fundão	46	Sertão
56	São Roque do Pico		Alter do Chão
	Almeida		Ferreira do Alentejo
	Castro Marim	45	Oliveira do Hospital
55	Paredes		Alpiarça
	Coruche		Murtosa
	Mora	44	Vagos
54	Nelas		Fafe
	Felgueiras		Mortágua
	Mira	43	Tondela
53	Silves		Avis
	Machico		Macedo de Cavaleiros
	Santa Cruz		Monção
52	Seia	42	Penafiel
	Barcelos		Amarante
	Velas		Ansão
51	Vila da Praia da Vitória	41	Santa Comba Dão
	Almodôvar		Carregal do Sal
	Viana do Alentejo		Vila Nova de Poiares
50	Vizela	40	Vila Velha de Ródão

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)
registado nos municípios, 2011

Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
40	Arraiolos	30	Lajes das Flores
	Santa Cruz da Graciosa		Trancoso
39	Soure	29	Vila Verde
	Crato		Miranda do Corvo
	Póvoa de Lanhoso		Monforte
38	Sardoal		São Pedro do Sul
	Amares	28	Tábua
	Arronches		Alvito
37	Miranda do Douro		Calheta (R.A.A.)
	Chamusca	27	Tarouca
	Gouveia		Alvaiázere
36	Nisa		Gavião
	Aljezur		Vila Nova de Foz Côa
	Lagoa (R.A.A.)	26	Corvo
35	Vidigueira		Mourão
	Redondo		Ribeira Grande
	Serpa	25	Ferreira do Zêzere
34	Sousel		Figueiró dos Vinhos
	Ourique		Moimenta da Beira
	Penela	24	Arcos de Valdevez
33	Vieira do Minho		Melgaço
	Arganil		Vila Pouca de Aguiar
	Arouca	23	Aguiar da Beira
32	Lajes do Pico		Figueira de Castelo Rodrigo
	Lousada		Mação
	Ponte de Lima	22	Idanha-a-Nova
31	Ribeira Brava		Manteigas
	Celorico da Beira		Pedrógão Grande
	Cuba	21	Marvão
30	Proença-a-Nova		Mértola
		20	Torre de Moncorvo



Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)
registado nos municípios, 2011

Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
20	Alijó	10	Alfândega da Fé
	Castro Daire		Fornos de Algodres
19	Vouzela	9	Mondim de Basto
	Ponte da Barca		Alandroal
	Sabrosa		Freixo de Espada à Cinta
18	Vila Flor	8	Terras de Bouro
	Alcoutim		Pampilhosa da Serra
	Castanheira de Pêra		Penedono
17	Mogadouro	7	Portel
	Sabugal		Nordeste
	São Vicente		Santa Marta de Penaguião
16	Vila do Bispo	6	Santana
	Calheta (R.A.M.)		Carrazeda de Ansiães
	Pinhel		Oleiros
15	Sátão	5	Resende
	Góis		Penalva do Castelo
	Paredes de Coura		Penamacor
	Penacova	4	Valpaços
14	Vila Franca do Campo		Monchique
	Armamar		Sernancelhe
	Barrancos	3	Vimioso
13	Castelo de Paiva		Câmara de Lobos
	Meda		Ponta do Sol
	São João da Pesqueira	2	Porto Moniz
12	Vila de Rei		Baião
	Mesão Frio		Boticas
	Montalegre	1	Vinhais
11	Povoação		Celorico de Basto
	Cabeceiras de Basto		Cinfães
	Murça		Ribeira de Pena
10	Vila Nova de Paiva		Tabuaço

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra
(PPC) registada nos municípios, 2011⁹

Quadro 7 (continua)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
	Lisboa	90	Ponta Delgada
	Oeiras		Torres Vedras
	Porto		Vila do Conde
99	Sintra	89	Loulé
	Cascais		Palmela
	Matosinhos		Paredes
98	Vila Nova de Gaia	88	Évora
	Almada		Figueira da Foz
	Braga		Santarém
97	Loures	87	Portimão
	Amadora		Póvoa de Varzim
	Coimbra		Santo Tirso
96	Maia	86	Castelo Branco
	Guimarães		Moita
	Seixal		Montijo
95	Vila Franca de Xira	85	Oliveira de Azeméis
	Gondomar		Caldas da Rainha
	Leiria		Penafiel
94	Odivelas	84	Vila Real
	Funchal		Alcobaça
	Santa Maria da Feira		Ovar
93	Setúbal	83	Sesimbra
	Aveiro		Covilhã
	Vila Nova de Famalicão		Felgueiras
92	Viseu	82	Pombal
	Barcelos		Albufeira
	Faro		Guarda
91	Viana do Castelo	81	Paços de Ferreira
	Barreiro		Águeda
	Mafra		Alenquer
90	Valongo	80	Amarante

⁹ Os municípios são apresentados, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra
(PPC) registada nos municípios, 2011

Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
80	Beja Marco de Canaveses Marinha Grande	70	Alcochete Anadia Cartaxo
79	Fafe Olhão Ourém	69	Estarreja Fundão Lamego
78	Ílhavo Tomar Torres Novas	68	Albergaria-a-Velha Almeirim Ribeira Grande
77	Abrantes Bragança Trofa	67	Lagoa Lourinhã Tondela
76	Angra do Heroísmo Chaves Santa Cruz	66	Elvas Porto de Mós Sines
75	Espinho Lousada Vila Verde	65	Mirandela Oliveira do Bairro Vale de Cambra
74	Benavente Cantanhede Santiago do Cacém	64	Câmara de Lobos Montemor-o-Velho Odemira
73	Lagos Ponte de Lima São João da Madeira	63	Rio Maior Seia Vila Real de Santo António
72	Azambuja Esposende Portalegre	62	Mealhada Salvaterra de Magos Vizela
71	Silves Entroncamento Peniche	61	Machico Mangualde Vagos
70	Tavira	60	

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra
(PPC) registada nos municípios, 2011

Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
60	Coruche	50	Bombarral
	Póvoa de Lanhoso		Cadaval
59	Vila da Praia da Vitória	49	Serpa
	Arouca		Celorico de Basto
	Montemor-o-Novo		Cinfães
58	Oliveira do Hospital	48	Lagoa (R.A.A)
	Arcos de Valdevez		Cabeceiras de Basto
	Condeixa-a-Nova		Castelo de Paiva
	Grândola	47	Reguengos de Monsaraz
	Lousã		Gouveia
57	Batalha		Óbidos
	Caminha	46	São Brás de Alportel
	Peso da Régua		Castro Daire
56	Monção		Mira
	Ponte de Sôr	45	Valpaços
	Soure		Ansião
55	Amares		Penacova
	Arruda dos Vinhos	44	Sever do Vouga
	Horta		Miranda do Corvo
54	Estremoz		Ribeira Brava
	Nazaré		Sobral de Monte Agraço
53	Valença		Vieira do Minho
	Alcanena		Oliveira de Frades
	Sertão		Santa Comba Dão
52	Vendas Novas	42	Vila Pouca de Aguiar
	Baião		Arganil
	Macedo de Cavaleiros		Campo Maior
51	Moura	41	Tábua
	Alcácer do Sal		Aljustrel
	Nelas		Murtosa
50	São Pedro do Sul	40	Vila Nova de Cerveira

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra
(PPC) registada nos municípios, 2011

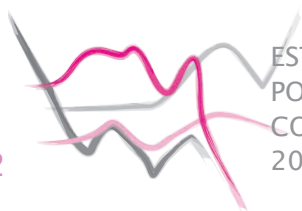
Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
40	Ponte da Barca	30	Arraiolos
	Sabugal		Miranda do Douro
39	Sátão	29	Torre de Moncorvo
	Alijó		Castro Marim
	Castro Verde		Madalena
38	Chamusca		Tarouca
	Calheta (R.A.M.)	28	Vila Nova de Poiares
	Carregal do Sal		Belmonte
37	Vila Viçosa		Nisa
	Moimenta da Beira	27	Vila do Porto
	Mortágua		Celorico da Beira
36	Vila Franca do Campo		Redondo
	Resende	26	Vila Nova de Foz Côa
	Trancoso		Alvaiázere
35	Vouzela		Ponta do Sol
	Ferreira do Alentejo	25	Vinhais
	Idanha-a-Nova		Mação
34	Montalegre		Mértola
	Melgaço	24	São João da Pesqueira
	Mogadouro		Golegã
33	Pinhel		Mondim de Basto
	Almodôvar	23	Penalva do Castelo
	Alpiarça		Santana
32	Paredes de Coura		Terras de Bouro
	Almeida	22	Viana do Alentejo
	Ferreira do Zêzere		Santa Marta de Penaguião
31	Vila Nova da Barquinha		Velas
	Borba	21	Vila Flor
	Porto Santo		Aljezur
30	Proença-a-Nova		Penela
		20	Vidigueira

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra
(PPC) registada nos municípios, 2011

Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
20	Figueira de Castelo Rodrigo	10	Castelo de Vide
	Figueiró dos Vinhos		Nordeste
19	Sabrosa	9	Sardoal
	Armamar		Alter do Chão
	Constância		Crato
18	Mora	8	São Roque do Pico
	Ourique		Gavião
	Portel		Góis
17	Povoação	7	Mesão Frio
	Aguiar da Beira		Fronteira
	Carrazeda de Ansiães		Pampilhosa da Serra
16	São Vicente	6	Vimioso
	Alandroal		Calheta (R.A.A.)
	Murça		Pedrógão Grande
15	Sousel	5	Vila Velha de Ródão
	Avis		Arronches
	Cuba		Manteigas
	Ribeira de Pena	4	Monforte
14	Tabuaço		Freixo de Espada à Cinta
	Monchique		Marvão
	Santa Cruz da Graciosa	3	Vila de Rei
13	Vila do Bispo		Castanheira de Pêra
	Lajes do Pico		Mourão
	Oleiros	2	Santa Cruz das Flores
12	Penamacor		Alcoutim
	Meda		Alvito
	Sernancelhe	1	Penedono
11	Vila Nova de Paiva		Barrancos
	Alfândega da Fé		Corvo
	Boticas		Lajes das Flores
10	Fornos de Algodres		Porto Moniz



Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)
registado nos municípios, 2011¹⁰

Quadro 8 (continua)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo	Percentis	Fator Dinamismo Relativo
99	Albufeira	90	Melgaço
	Lagoa	89	Ponta do Sol
	Loulé		Sesimbra
	Vila do Bispo	88	Lourinhã
98	Castro Marim		Valença
	Lagos	87	Vila do Conde
97	Portimão		Arcos de Valdevez
	Óbidos	86	Lisboa
96	Tavira		São Vicente
	Vila Real de Santo António	85	Monção
95	Aljezur		Ourém
	Funchal	84	Povoação
94	Porto Santo		Esposende
	Grândola	83	Marvão
93	Nazaré		Ribeira Brava
	Silves	82	Santana
92	Alcácer do Sal		Cabeceiras de Basto
	Cascais	81	Ribeira de Pena
91	Monchique		Sabrosa
	Calheta (R.A.M.)	80	Castelo de Vide
90	Faro		Meda
	Porto Moniz		Mira
	Caminha		Alijó
	Odemira		Nisa
	São Brás de Alportel		Ponte da Barca
	Crato		Armamar
	Olhão		Boticas
	Santa Cruz		Ferreira do Zêzere
	Montalegre		Alcoutim
	Peniche		Góis
	Terras de Bouro		Vila Nova de Paiva

¹⁰ Os municípios são apresentados, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)
registado nos municípios, 2011

Quadro 8 (continuação)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo	Percentis	Fator Dinamismo Relativo
80	Aguiar da Beira Almodôvar Freixo de Espada à Cinta	70	Vagos Vila Velha de Ródão Vila Verde
79	Pedrógão Grande Penedono Póvoa de Lanhoso	69	Figueira da Foz Murtosa Penamacor
78	Alcobaça Alfândega da Fé Vila da Praia da Vitória	68	Cadaval Mafrá Resende
77	Fundão Valpaços Vila Nova de Cerveira	67	Gavião Sernancelhe Vila Franca do Campo
76	Celorico de Basto Miranda do Douro Ponte de Lima	66	Alvaiázere Figueiró dos Vinhos Moimenta da Beira
75	Chaves Mesão Frio Tabuaço	65	Fafe Portel Tondela
74	Almeida Póvoa de Varzim Vimioso	64	Castanheira de Pêra Fornos de Algodres Ourique
73	Mondim de Basto Pombal São Pedro do Sul	63	Vidigueira Vila Flor Vila Pouca de Aguiar
72	Arganil Celorico da Beira Manteigas Oliveira do Hospital	62	Ansião Sarpa Trancoso
71	Azambuja Carrazeda de Ansiães Sabugal	61	Sátão Vieira do Minho Vila Nova de Poiares
70		60	

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)
registado nos municípios, 2011

Quadro 8 (continuação)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo	Percentis	Fator Dinamismo Relativo
60	Câmara de Lobos	50	Alpiarça
	Santa Comba Dão		Mértola
59	São João da Pesqueira	49	Nordeste
	Arraiolos		Carregal do Sal
	Lajes das Flores		Coruche
58	Tábua	48	Vila de Rei
	Alandroal		Batalha
	Idanha-a-Nova		Mogadouro
	Paredes de Coura	47	Viana do Castelo
57	Vila Nova de Foz Côa		Gouveia
	Alcochete		Pinhel
	Bombarral	46	Santa Marta de Penaguião
56	Mourão		Lousã
	Amares		Tarouca
	Baião	45	Torres Vedras
55	Mortágua		Madalena
	Almeirim		Vinhais
	Caldas da Rainha	44	Viseu
54	Machico		Alcanena
	Cinfães		Oliveira do Bairro
	Murça	43	Torre de Moncorvo
53	Pampilhosa da Serra		Horta
	Almada		Lajes do Pico
	Porto		Santa Cruz da Graciosa
52	Velas	42	Viana do Alentejo
	Alter do Chão		Belmonte
	Castro Daire		Guimarães
51	Lousada	41	Macedo de Cavaleiros
	Amarante		Benavente
	Avis		Nelas
50	Figueira de Castelo Rodrigo	40	Ovar

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)
registado nos municípios, 2011

Quadro 8 (continuação)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo	Percentis	Fator Dinamismo Relativo
40	Covilhã	30	Montijo
	Oleiros		Moura
39	Penalva do Castelo	29	Penacova
	Cantanhede		Águeda
	Penela		Barrancos
38	Redondo		Mora
	Chamusca	28	Sardoal
	Cuba		Soure
37	Elvas		Tomar
	Barcelos		Vila Nova de Famalicão
	Marco de Canaveses	27	Alenquer
36	Miranda do Corvo		Ílhavo
	Alvito		Leiria
	Lagoa (R.A.A)	26	Lamego
35	Sousel		Mação
	Arouca		Vizela
	Monforte	25	Castelo Branco
34	Sertão		Santa Cruz das Flores
	Aveiro		Vila Viçosa
	Ponta Delgada	24	Albergaria-a-Velha
33	Seia		Marinha Grande
	Ferreira do Alentejo		Porto de Mós
	Paços de Ferreira	23	Corvo
32	Sever do Vouga		Paredes
	Felgueiras		Rio Maior
	Montemor-o-Novo	22	Peso da Régua
31	Ribeira Grande		Proença-a-Nova
	Castelo de Paiva		Reguengos de Monsaraz
	Penafiel	21	Golegã
30	Vouzela		Loures
		20	Oliveira de Frades

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)
registrado nos municípios, 2011

Quadro 8 (continuação)

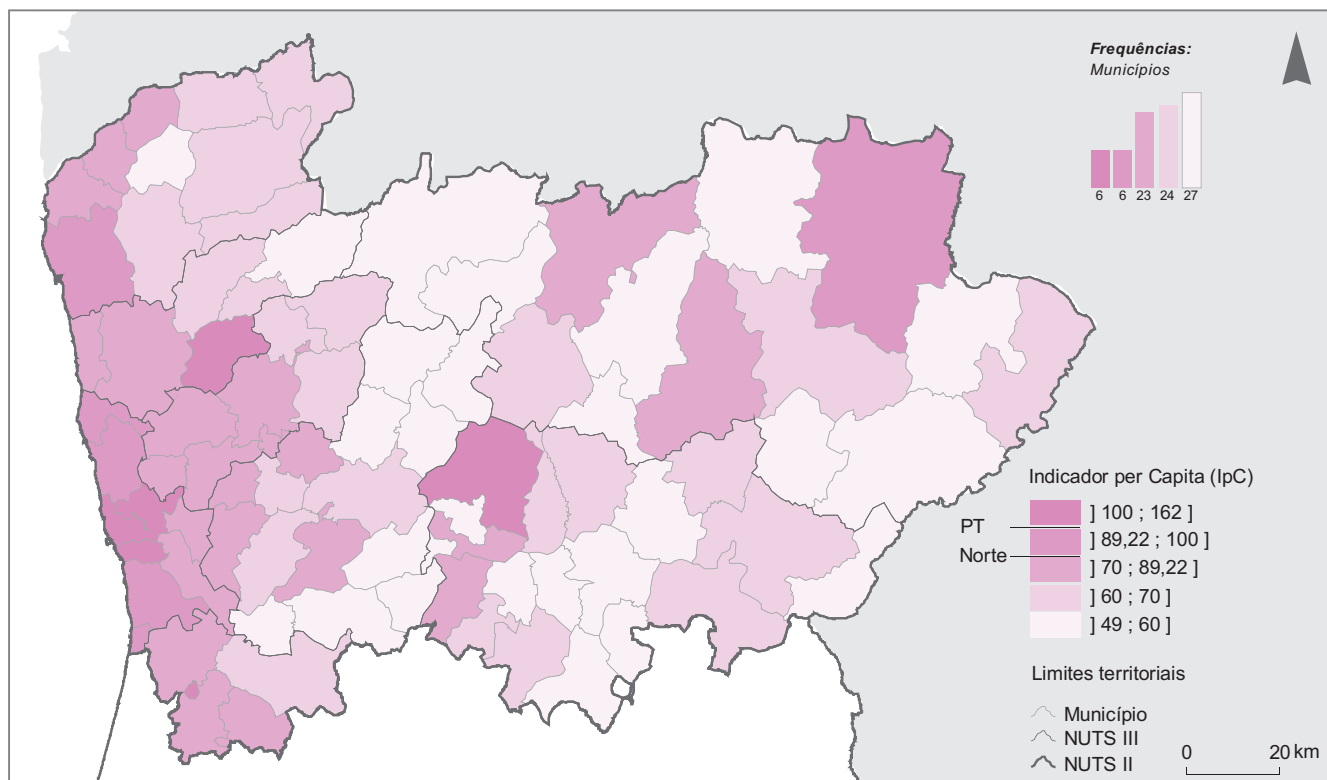
Percentis	Fator Dinamismo Relativo	Percentis	Fator Dinamismo Relativo
20	Calheta (R.A.A.)	10	Bragança
	Mealhada		Santiago do Cacém
19	Santo Tirso	9	Sobral de Monte Agraço
	Condeixa-a-Nova		Abrantes
	Mirandela		Vale de Cambra
18	Ponte de Sôr	8	Valongo
	Borba		Évora
	Santa Maria da Feira		Gondomar
17	Sines	7	Torres Novas
	Santarém		Moita
	São Roque do Pico		Sintra
16	Vila Nova da Barquinha	6	Vila Franca de Xira
	Constância		Cartaxo
	Espinho		Estremoz
15	Palmela	5	Oliveira de Azeméis
	Aljustrel		Amadora
	Braga		Arruda dos Vinhos
	Fronteira	4	Trofa
	Seixal		Barreiro
14	Anadía		Guarda
	Vila Nova de Gaia		Matosinhos
13	Vila Real	3	Angra do Heroísmo
	Mangualde		São João da Madeira
	Montemor-o-Velho		Vila do Porto
12	Odivelas	2	Beja
	Estarreja		Campo Maior
	Maia		Entroncamento
11	Setúbal	1	Castro Verde
	Arronches		Oeiras
	Coimbra		Portalegre
10	Salvaterra de Magos		Vendas Novas

ANEXOS



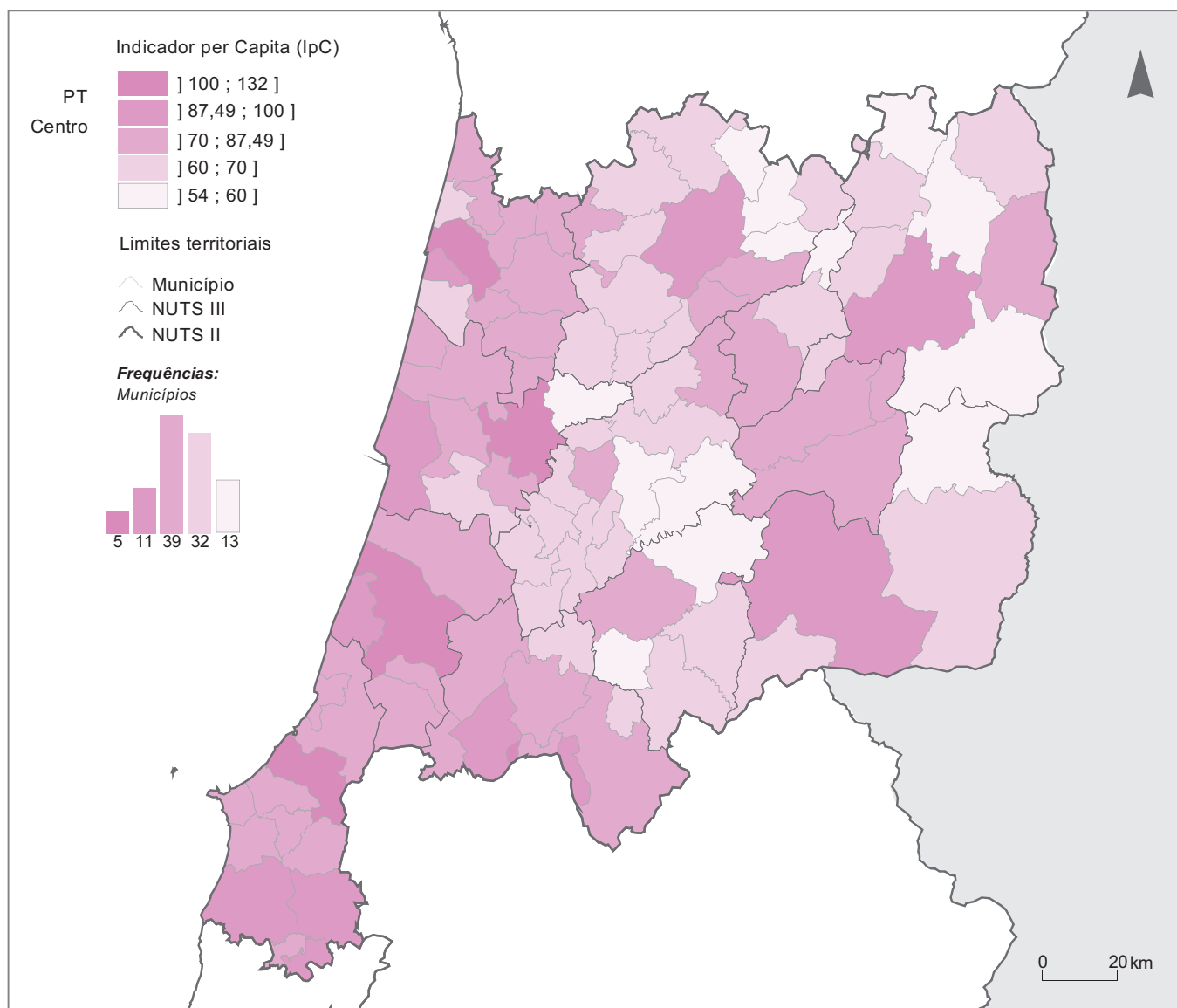
Indicador per Capita por município, na região Norte, 2011

Figura 11



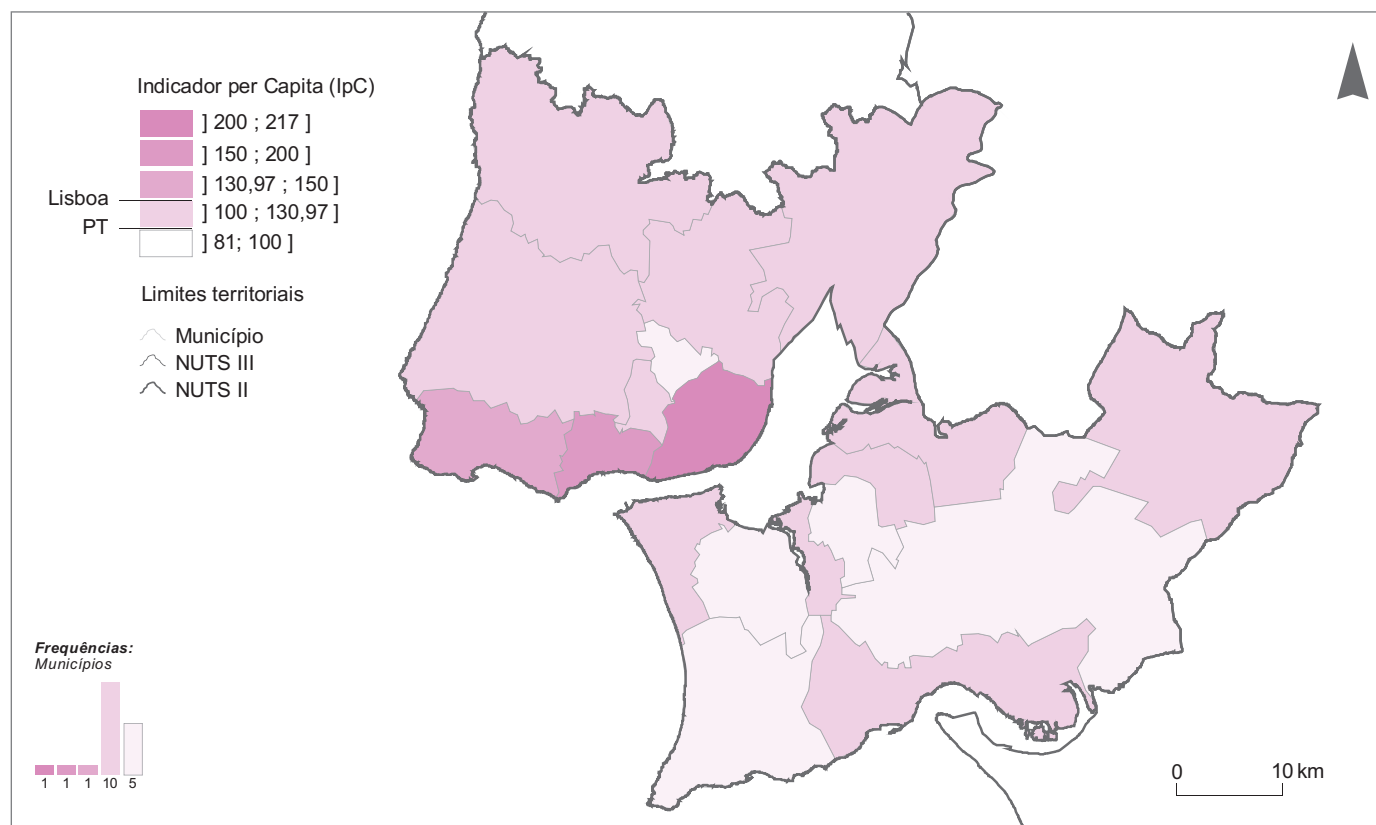
Indicador per Capita por município, na região Centro, 2011

Figura 12



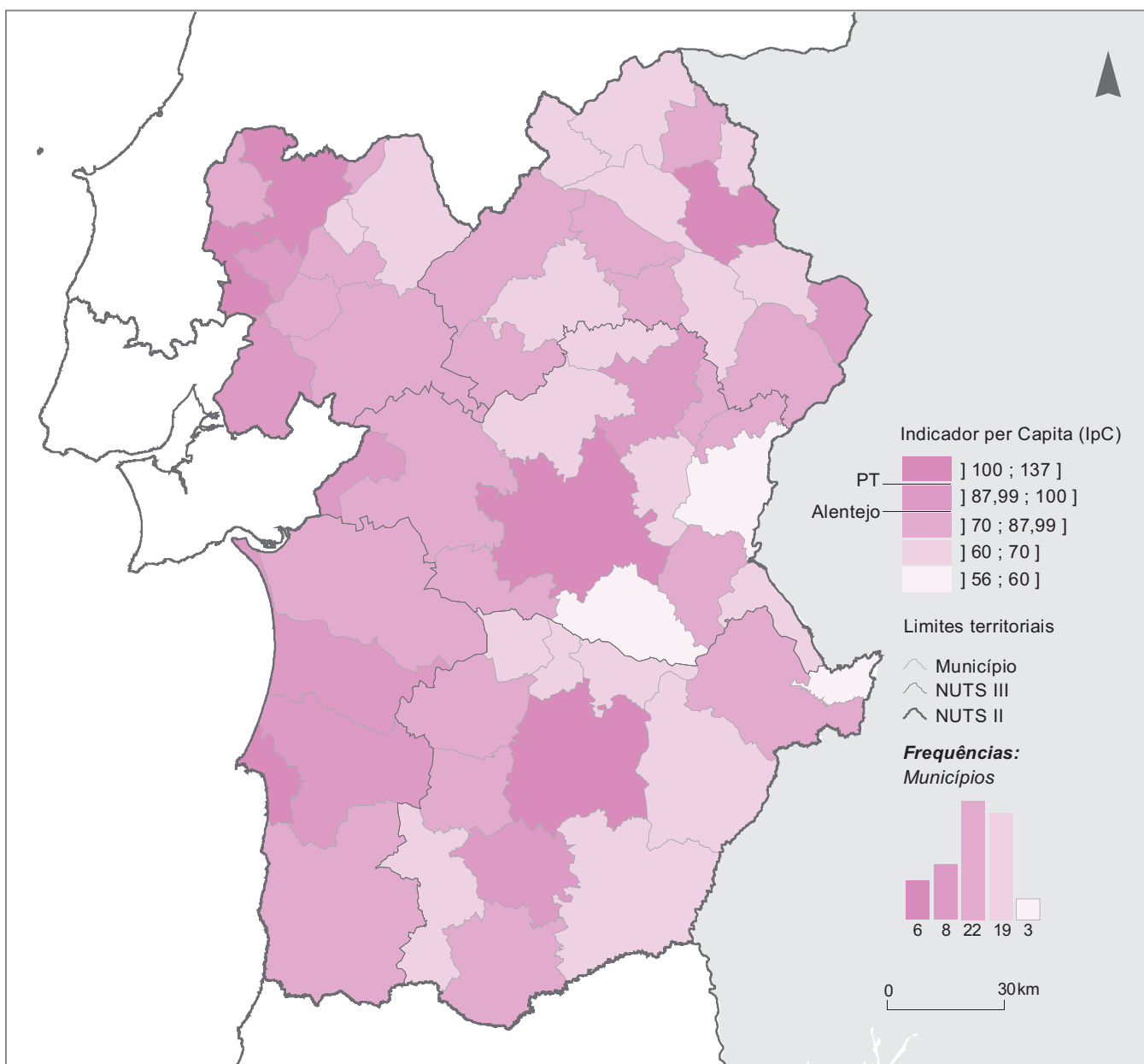
Indicador per Capita por município, na região Lisboa, 2011

Figura 13



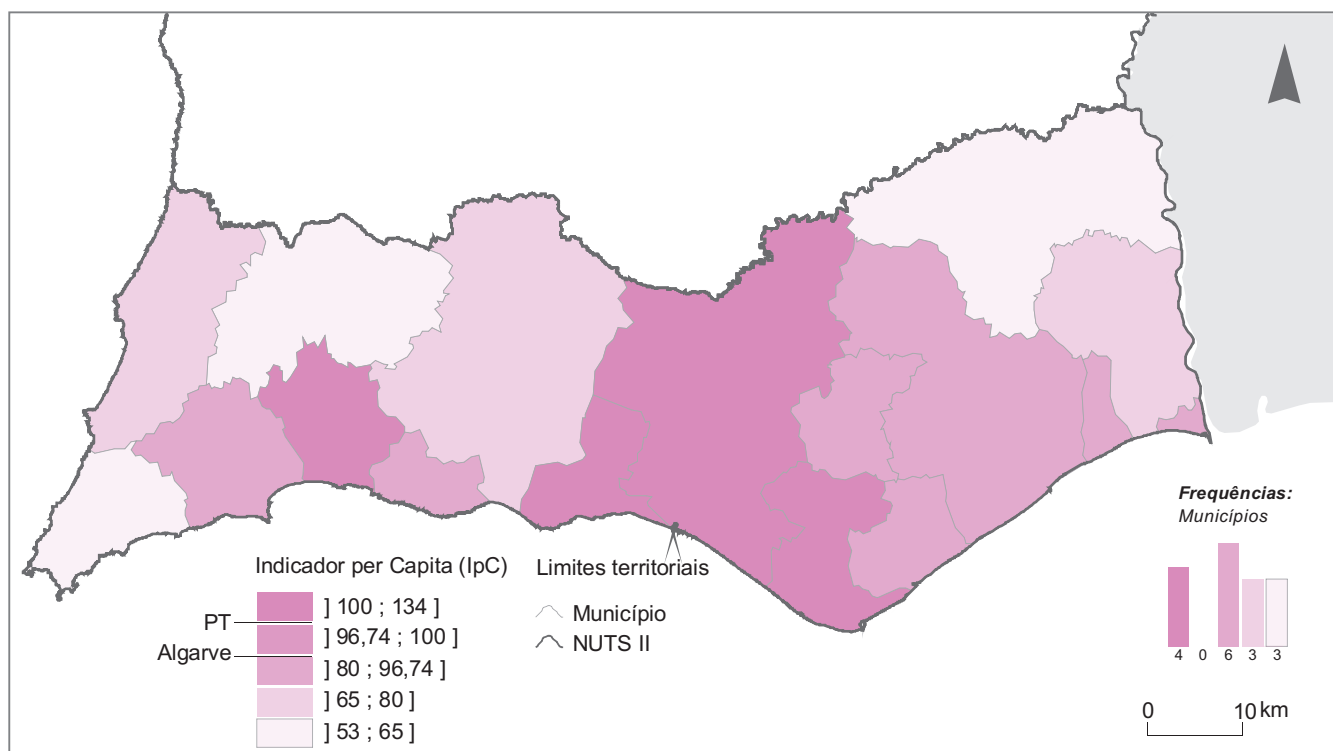
Indicador per Capita por município, na região Alentejo, 2011

Figura 14



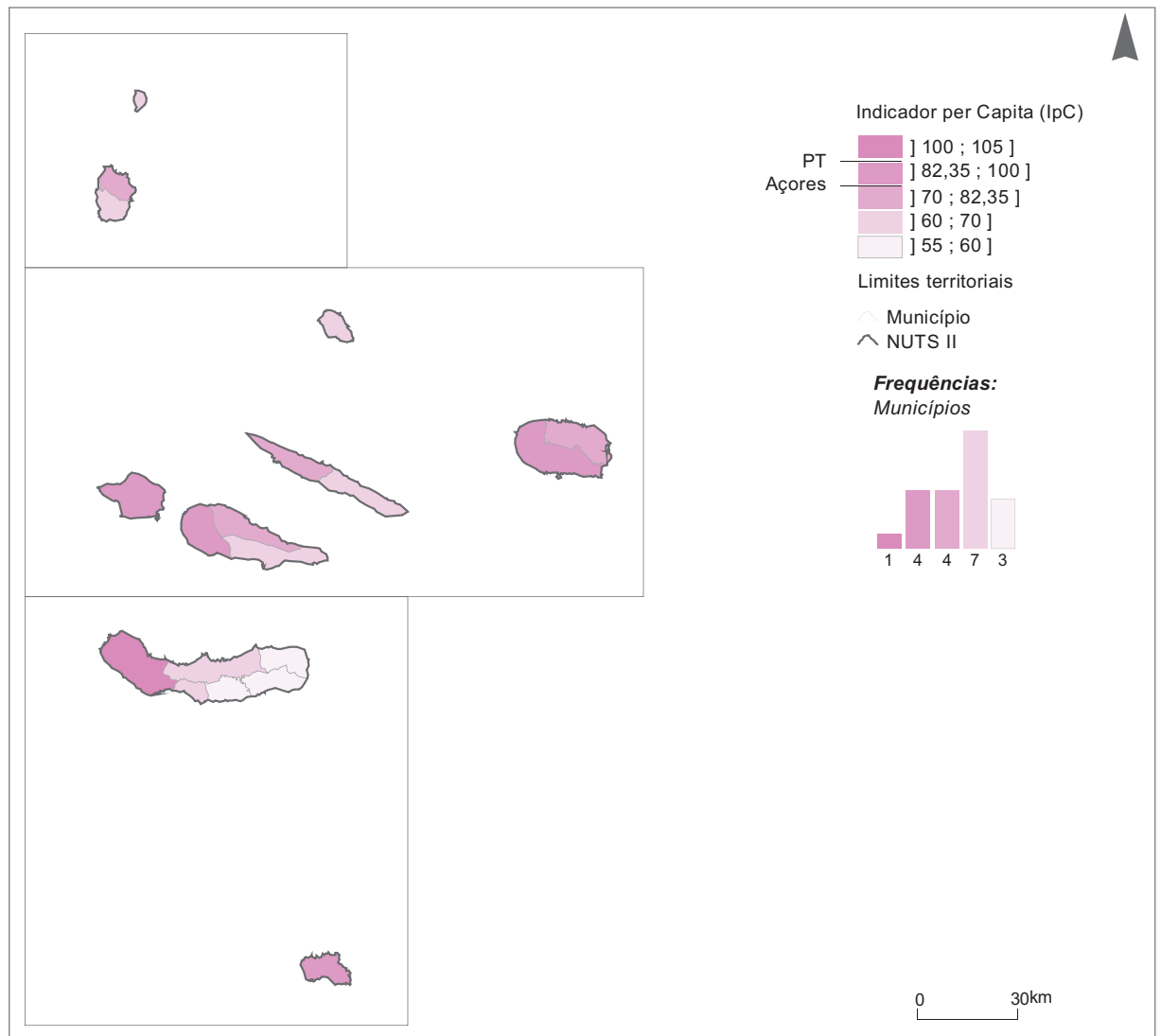
Indicador per Capita por município, na região Algarve, 2011

Figura 15

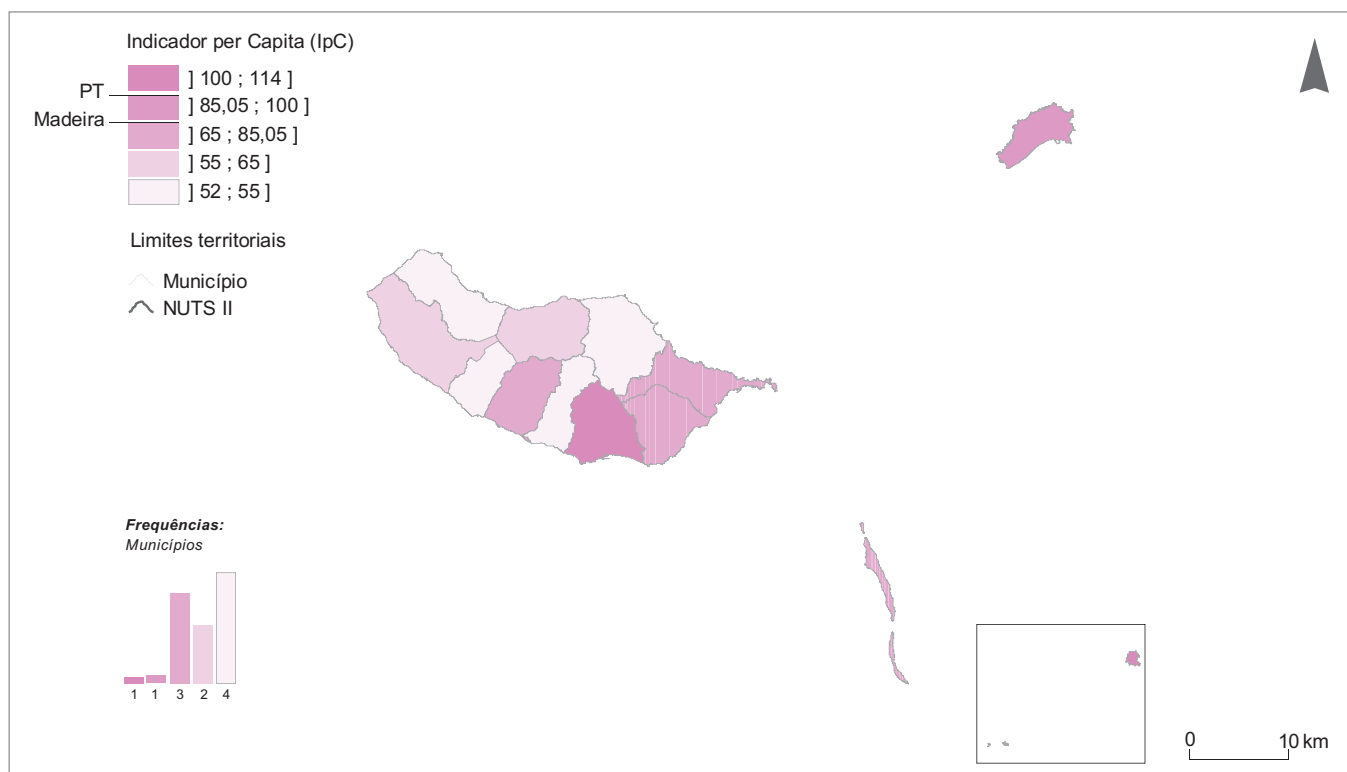


Indicador per Capita por município, na Região Autónoma dos Açores, 2011

Figura 16



Indicador per Capita por município, na Região Autónoma da Madeira, 2011 | Figura 17

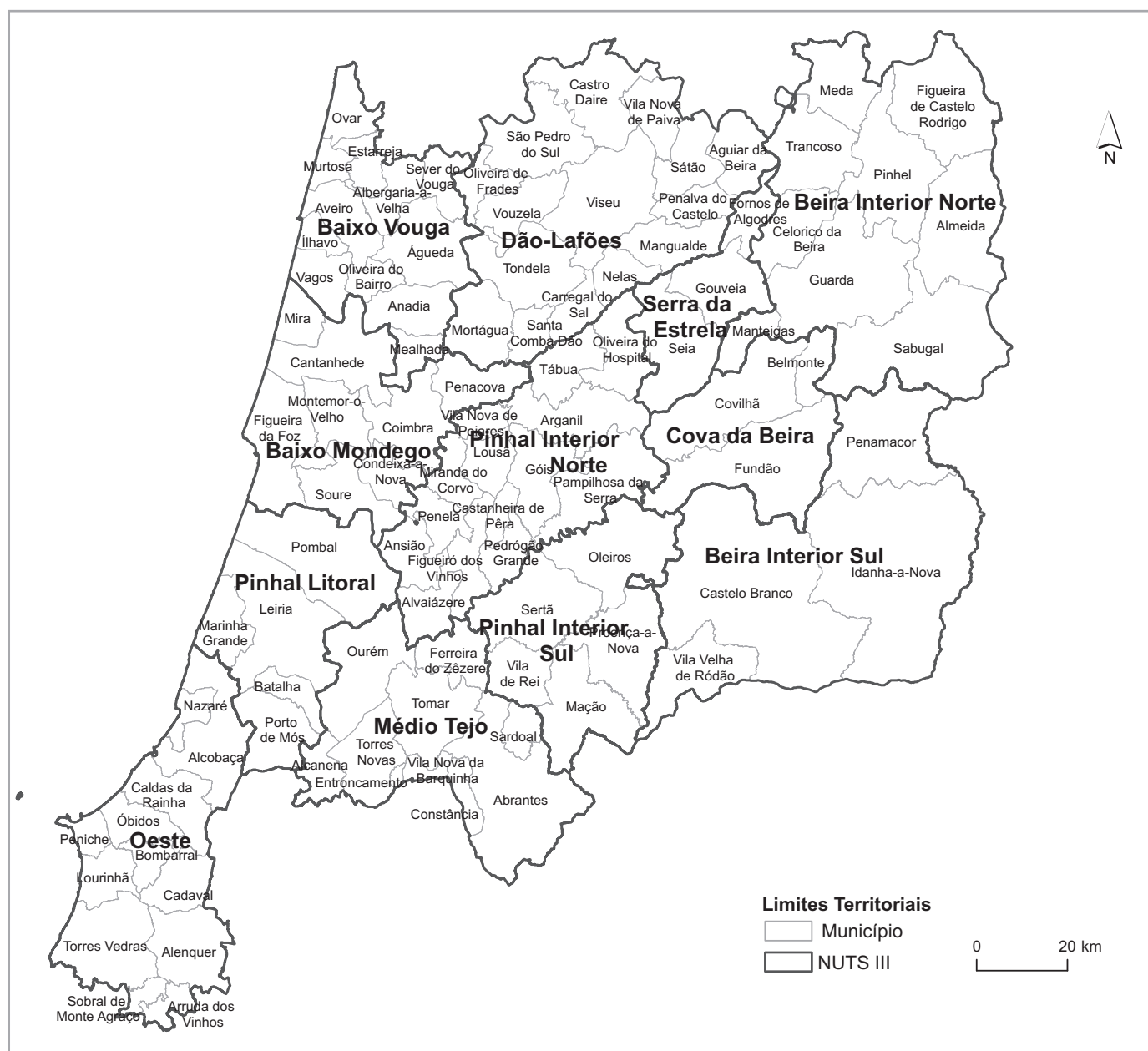


Divisão territorial da região NUTS II Norte: NUTS III e municípios

Figura 18

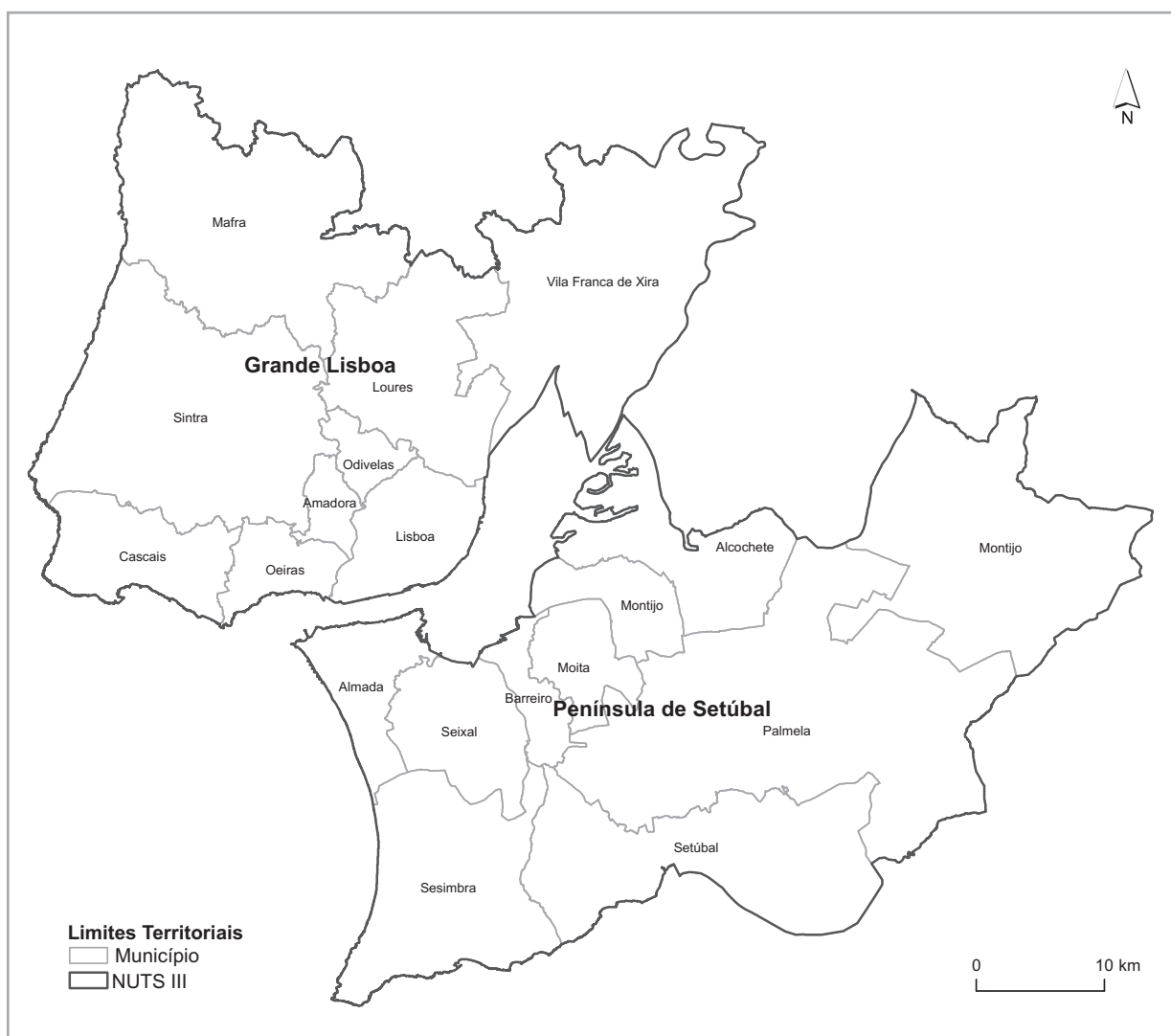


Figura 19



Divisão territorial da região NUTS II Lisboa: NUTS III e municípios

Figura 20

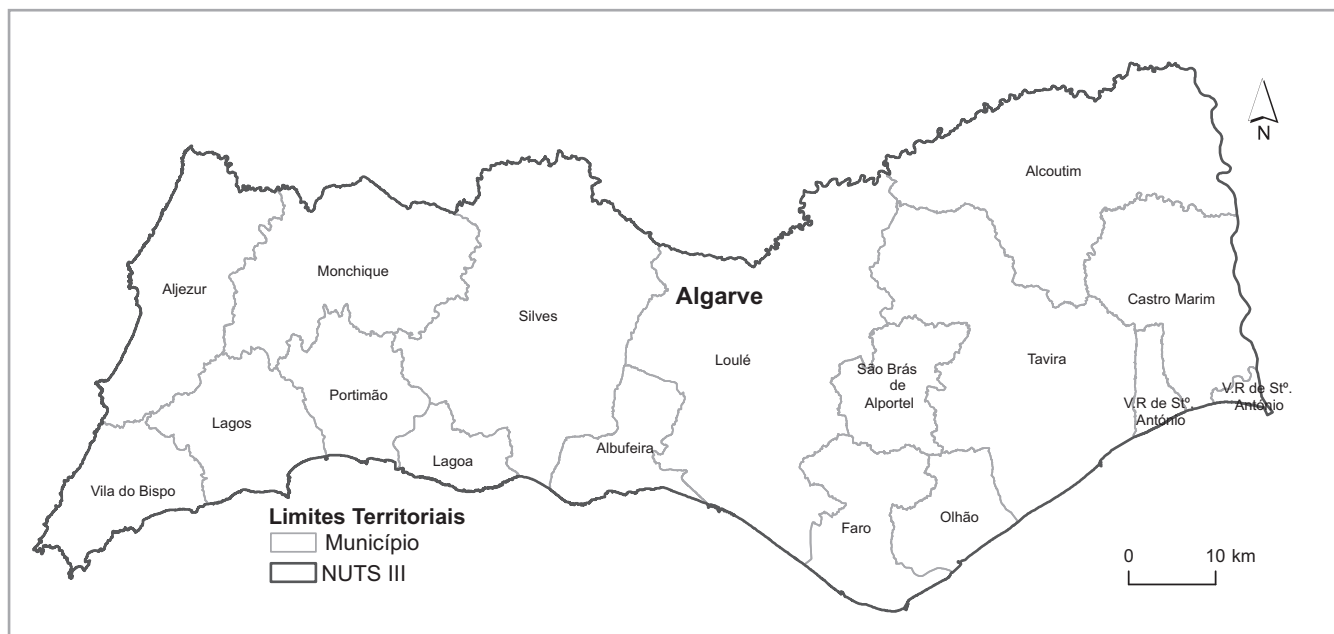


Divisão territorial da região NUTS II Alentejo: NUTS III e municípios | Figura 21



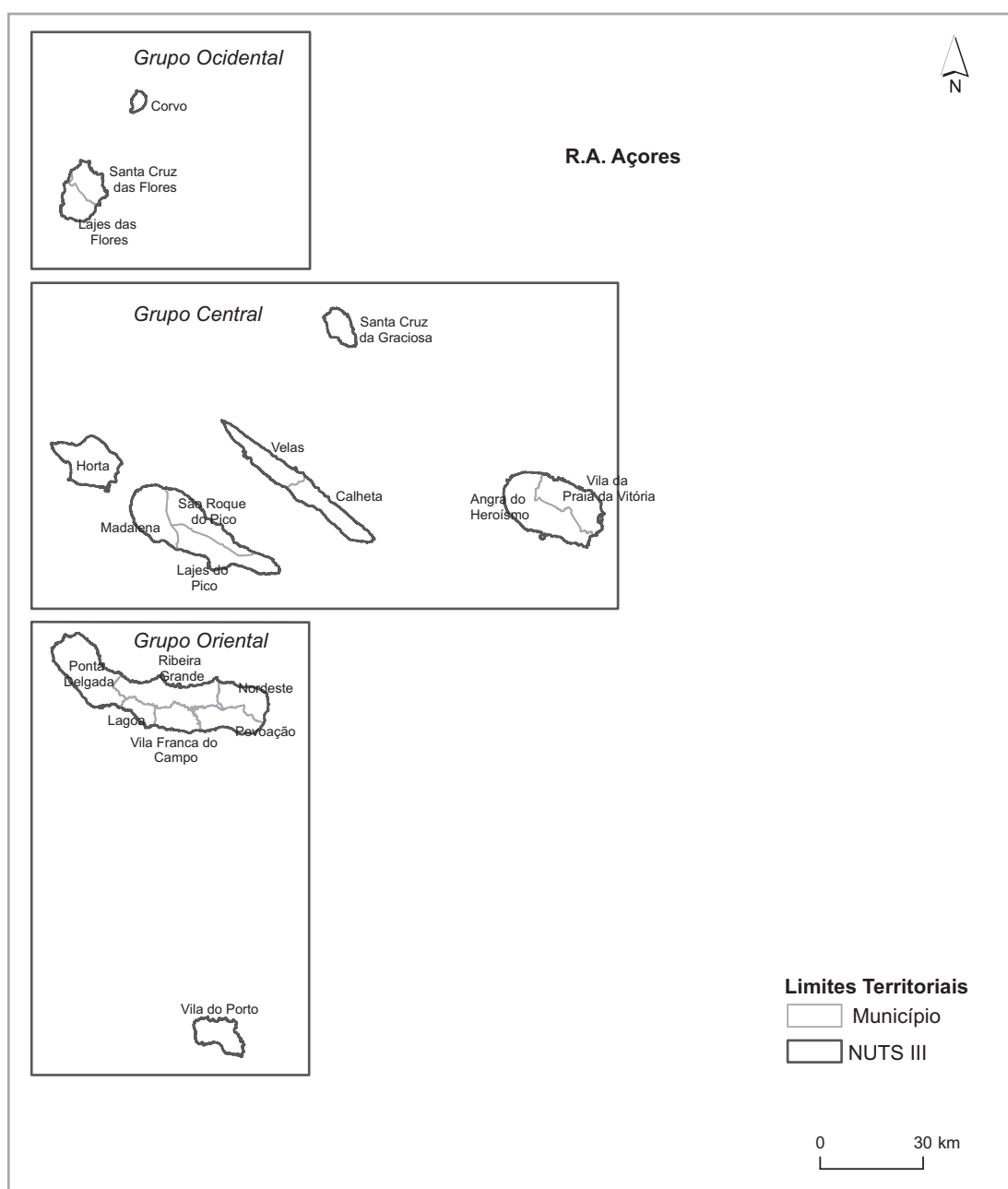
Divisão territorial da região NUTS II Algarve: NUTS III e municípios

Figura 22



Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma
dos Açores: NUTS III e municípios

Figura 23



Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma
da Madeira: NUTS III e municípios

Figura 24

